

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

KARINA CARVALHO CAMPOS

**QUESTÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO À ÉPOCA DO IMPERIALISMO
BRITÂNICO:** a obra *O morro dos ventos uivantes* de Emily Brontë analisada sob o foco da
pesquisa histórica

São Luís

2020

KARINA CARVALHO CAMPOS

**QUESTÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO À ÉPOCA DO IMPERIALISMO
BRITÂNICO:** a obra *O morro dos ventos uivantes* de Emily Brontë analisada sob o foco da
pesquisa histórica

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em História da Universidade
Estadual do Maranhão como requisito parcial
para a obtenção do grau de Licenciatura em
História.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Paula
Borralho

São Luís

2020

Campos, Karina Carvalho.

Questões de classe, raça e gênero à época do imperialismo britânico: a obra O morro dos ventos uivantes de Emily Brontë analisada sob o foco da pesquisa histórica / Karina Carvalho Campos. – São Luís, 2020.

81 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho.

1. História Cultural. 2. Relações de poder. 3. Império Britânico. 4. O morro dos ventos uivantes. 5. Emily Brontë. I. Título.

CDU 930.85:821.111-3

Elaborada por Luísa Sousa Barros - CRB 13/657

KARINA CARVALHO CAMPOS

**QUESTÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO À ÉPOCA DO IMPERIALISMO
BRITÂNICO:** a obra *O morro dos ventos uivantes* de Emily Brontë analisada sob o foco da
pesquisa histórica

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em História da Universidade
Estadual do Maranhão como requisito parcial
para a obtenção do grau de Licenciatura em
História.

Aprovado em ___/___/2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho (Orientador)

Doutor em História

Universidade Estadual do Maranhão

1º Examinador

2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos antes de tudo é dedicado aos meus pais, os pilares que regem minha vida e que são a razão de ser quem sou hoje. Pela perseverança e pelo esforço que exerceram ao longo de toda minha trajetória educacional. Pelo suporte e, sobretudo, pelo apoio emocional durante meus vinte e dois anos. À minha mãe, Derijane, por ser minha maior fonte de inspiração de ser mulher que luta por seus objetivos. A meu pai, Raimundo João, agradeço pelo grande educador que és, ainda que sigamos áreas tão distintas, foi com sabedoria e amor que me guiou durante minha caminhada rumo à licenciatura.

À minha família, e em especial agradeço minha avó, Margarida, por ser a matriarca mais acalentadora e maravilhosa que tenho o prazer de ter ao meu lado. Ao meu irmão, João Eduardo, por me inspirar a seguir uma vida de verdadeira paixão pelos livros e por me recomendar a música *Wuthering Heights* da Kate Bush, bem como por todo suporte acadêmico ao longo desse ano. Agradeço à minha felicidade em forma de quatro patas, minha Tina, que foi e continua sendo a distração que tanto mostrou-se necessária nos momentos mais difíceis. Por fim, agradeço ao meu irmão de alma, Ronaldo Veloso, verdadeiro sinônimo de lealdade e paciência, atribuo como sendo a pessoa que mais me amparou nos momentos mais difíceis e responsável por arrancar sorrisos sinceros no meu dia a dia, bem como pela ajuda imensurável nesses últimos meses.

Aos meus amigos que conquistei na faculdade, verdadeira alegria do meu dia-a-dia, onde tão estupidamente nos autodenominamos de “caras de lixo”, agradeço por serem o alicerce da minha trajetória acadêmica, pelas risadas e momentos inesquecíveis e sem sombra de dúvida, por serem o motivo da minha obstinação durante esses quatro anos que com vocês foram incríveis. Agradeço à Déborah, minha querida amiga que tanto temos em comum; à Gabi, por ser tão admirável e radiante; à Jenny, como gosto de apelidar, pela alegria contagiante e por ser tão leal; ao meu amigo João Pedro, por ser uma incrível companhia e fonte de conversas inesgotáveis; à Nayara, que foi uma inesperada amizade para mim e que sem dúvidas foi muito bem-vinda, e por fim, a Ribamar, por ser um amigo de coração mais gentil que esteve presente no curso de história e por seu carisma imensurável.

Aos meus amigos de escola que são extremamente especiais para mim, cuja trajetória escolar fizeram-se tão importantes. Obrigada por tudo, Fillipe, Félix, Lorena, Ronaldo e Valéria, meus amigos inseparáveis que há anos são verdadeira definição de fidelidade e

momentos alegres. Agradeço especialmente à Mariana, minha melhor amiga há quinze anos, que na distância ou não, a amizade prevaleceu, amadurecemos juntas durante esse tempo onde nossas conversas bobas nunca mudaram, me arrancando muitas risadas. Agradeço às minhas amigas, Amanda e Letícia, que há relativamente pouco tempo conheci, mas que já são tão singulares presenças no meu cotidiano, promovendo longas conversas e apoio mútuo em nossas vidas acadêmicas e também fora dela.

De modo geral, agradeço as pessoas que são do curso de História da UEMA, à turma 2016.1, verdadeira representação de lealdade e companheirismo. Agradeço a todos os responsáveis por manterem o prédio em funcionamento. Pelos incríveis professores que são a força motriz do curso, por seus ensinamentos além da esfera acadêmica, mas de vida. Em especial, agradeço meu orientador Henrique Borralho, por ser uma pessoa que irradia bondade e sabedoria universal. Ao NEHISLIN que foi fonte de acolhimento e de longas conversas na qual inspiraram a escolha do tema da minha monografia.

À todas as pessoas que me ajudaram durante esse percurso, às mulheres que lutaram para almejar seu espaço tal como faço agora, às escritoras do mundo que corajosamente legaram fontes únicas para minha pesquisa e além disso, conhecimento de vida.

Agradeço a Deus, essa força indescritível que nas turbulências da vida, sei que está presente, ainda que eu não possa denominar, mas que rege o meu universo.

*“O que teriam os montes a revelar?
Glória e dor mais intensas que eu externo:
Se Terra ao afeto um coração incitar,
Poderá abarcar o Céu e o Inferno”.*

Emily Brontë

RESUMO

A presente pesquisa tem seu foco na análise de *O morro dos ventos uivantes* (1847), autoria da escritora inglesa Emily Brontë, na busca de compreensão das relações de classe, raça e gênero circunscritas em uma fonte literária como forma de noção histórica desses aspectos no período que compreende os anos dourados do Império Britânico, durante o século XIX. Tendo em vista a contribuição dos estudos e reflexões referente à História Cultural, esta lança possibilidades de métodos ímpares para a história e constitui base teórica deste trabalho. Sendo assim, os objetivos desta pesquisa consistem em compreender o contexto da época de publicação da obra sob um ponto de vista cultural, onde há uma verdadeira expansão dos paradigmas acerca das relações de poder moldadas com as transformações econômicas, políticas e sociais na Grã-Bretanha, cujo os discursos formulados, ressignificados e transmitidos à sociedade estão a par dos preceitos estabelecidos pela ideologia imperialista, em que fortalece a dominação de uns e subordinação de outros, de maneira complexa e muitas vezes simbólica. Para tal finalidade, a obra *O morro dos ventos uivantes* se manifesta como representação singular desse conturbado período da história britânica, na concepção das relações sociais vigentes, bem como da crítica literária que se faz da sua narrativa à época de sua publicação.

Palavras-chave: Emily Brontë. História Cultural. Império Britânico. O morro dos ventos uivantes. Relações de poder.

ABSTRACT

This research focus on the study of the book *Wuthering Heights* (1847) by English writer Emily Brontë, in pursuit of understanding the class, race and gender relations included in a literary source as a way of historical idea of these aspects in the period of time that comprehend the golden ages of the British Empire, during the 19th century. In terms of the studies and reflection's input on historical culture, this gave us possibilities of unique methods for history and represent theoretical base in this work. Therefore, the goals of this study involves in comprehend the background of this book publication by a cultural point of view, where is it a truly expansion of paradigms about power relations molded with the economical, political and social changes in Great Britain whose its discourse is rethinking and transmitted to society, matching the notions established by imperialist ideology that strengthens the domination of some and subordination of others, in a complicated and symbolic ways. For this purpose, the book *Wuthering Heights* speak up about this singular and troubled period of English history and in the conception of current social relationships, as well the literary critique about the time of its publication.

Keywords: British Empire. Cultural History. Emily Brontë. Power Relations. *Wuthering Heights*.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	LITERATURA E HISTÓRIA: percepções teóricas e sociais	14
2.1	A fonte literária sob a perspectiva histórica	14
2.2	O cenário literário britânico no século XIX: a insurgência da escrita feminina	18
2.3	A tradição literária feminina em foco: questões de experiências e influências	24
3	O IMPÉRIO BRITÂNICO: sobre poder e cultura	31
3.1	A ideologia de classe no Império Britânico	31
3.2	O discurso racial à época do colonialismo britânico	38
3.3	A condição feminina na sociedade inglesa oitocentista	43
4	ANÁLISE DE <i>O MORRO DOS VENTOS UIVANTES</i>: entre discursos históricos e literários	50
4.1	Emily Brontë: breve resumo de vida e obra	50
4.2	As relações de poder em <i>O morro dos ventos uivantes</i>: noções de classe, raça e gênero	57
4.3	A fortuna crítica da prosa de Emily Brontë	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

A compreensão dos aspectos que norteiam as aproximações dos campos literários e históricos é elucidada pela quebra de paradigmas tradicionais há muito considerados enraizados. No entanto, com a tendência historiográfica proposta pela História Cultural, as noções da análise teórica passaram a valorizar os estudos voltados à cultura em sua esfera social. Dessa forma, o tema a que se propõe o presente trabalho é o de esmiuçar a obra *O morro dos ventos uivantes* (1847), da escritora inglesa Emily Brontë, em um contexto marcado pela ideologia imperialista na Grã-Bretanha, em especial na primeira metade do século XIX. O foco se permeia na investigação das redes de poder postuladas e instituídas nas bases da sociedade inglesa em relação à tríade: classe, raça e gênero. Com o intuito de esclarecer os entrelaçamentos desses sistemas de poder, a fonte literária é de inegável relevância no que concerne a sua representação dos discursos literários e históricos inseridos em um contexto marcado por mudanças nos diversos âmbitos sociais.

Tendo em vista a contribuição da História Cultural para a resolução das problemáticas propostas, é preciso analisar essa corrente historiográfica de importância excepcional para o presente trabalho. Essa vertente analítica surge, tal como a conhecemos, através de postulados que visavam criticar e reformular algumas noções do fazer histórico, ainda que tenha sido fruto das contribuições das suas antecessoras. Segundo Sandra Jatahy Pesavento (2008) a História Cultural ou a Nova História Cultural tem sua insurgência na década de 1970, devido às alterações ocorridas no cenário da política mundial, ou um pouco antes disso, já em maio de 1968, quando há o surgimento de diversos questionamentos de cunho social que pouco eram debatidos até então, como a ascensão dos estudos feministas, a questão da paz mundial, guerra do Vietnã, *New Left*, entre tantas outras indagações pertinentes. Essa prática epistemológica está ligada sobretudo à renovação dos campos de estudo acadêmico e corresponde à boa parte das pesquisas atuais, porém, ainda tem muito a se ressignificar e a conquistar nas mídias de comunicação em geral.

No entanto, para alcançar a concepção que se tem hoje, houve uma trajetória que culminou com a História Cultural das últimas décadas. Sendo assim, a história atrelada à cultura não é uma invenção recente. De acordo com Peter Burke (2008), o uso da cultura como pilar histórico era praticado na Alemanha desde o século XVIII, desencadeando uma certa frequência do uso do termo na Inglaterra e Alemanha nos idos do século XIX, enquanto que os franceses

preferiam embasar suas teses através da concepção de civilização. Em suma, o autor apresenta a constituição da história da história cultural através de fases, sendo estas:

[...] a fase “clássica”; a da “história social da arte”, que começou na década de 1930; a descoberta da história da cultura popular, na década de 1960; e a “nova história cultural” [...] Entretanto, é bom ter em mente que as divisões entre essas fases não eram tão claras, na época, quanto se costuma lembrar após o acontecimento, e irá se mostrar uma série de semelhanças ou continuidades entre novos e velhos estilos quando for apropriado (BURKE, 2008, p. 15-16).

Dessa maneira, é evidente que há uma tradição que englobará a concepção da história cultural que temos hoje, isto é, a da renovação e reinterpretação dos estudos históricos, pautados nas questões sociais. Cada fase abordada pelo autor desencadearam uma série de contribuições que culminaram em uma rede de mudanças que suplantaram outras correntes interpretativas da história. Essa percepção é importante pois demonstra o que faz um historiador da cultura, com o que se pauta sua análise, que fontes utiliza, que métodos preconiza, entre tantas outras indagações que se fazem necessárias do entendimento de sua epistemologia. Dessa forma, o ponto de partida foi realizado e a consciência histórica ligada a esses fatores foi mais amplamente perpetuada no contexto intelectual do ocidente. A entrada em cena da cultura popular, das reformulações e problematizações do viés marxista e finalmente, da expansão da cultura, ou melhor, das culturas, embasados na concepção da antropologia, acarretou no que hoje conhecemos como Nova História Cultural.

Um dos seus maiores representantes é o historiador Roger Chartier (2009), cuja concepção histórica da cultura defende como uma interpelação das condições de escrita e leitura condicionadas em diferentes momentos históricos. Portanto, essa materialidade da cultura está presente como uma das formas de superar as noções irredutíveis das múltiplas maneiras de interpretação dentro da história cultural. Afinal, o conceito de “cultura” é extremamente amplo e, desse modo, é importante sinalizar as tendências em comum. A sociologia das formações de leitores e públicos em geral é imprescindível no desenvolvimento do ideal da cultura entrelaçada com a sociedade, assim como na visão da crítica literária na construção dos significados que adquire uma obra. Essas noções acarretam com a compreensão que rege a pertença literária – todos os aspectos que a permeiam – em conexão com a sociedade, sendo assim, em conformação direta com a história.

Antonio Candido (2006) também explora a relação entre literatura e sociedade na medida que examina os vínculos formados entre autor, obra e público. Dessa maneira, defende que os sentidos das redes de interconexão que ocupam a arte-sociedade e sociedade-arte, é problematizado quando “[...] percebe-se o movimento dialético que engloba a arte e sociedade

num vasto sistema solidário de influências recíprocas” (CANDIDO, 2006, p. 33). A adoção dessa epistemologia é aquela da qual defende-se uma visão renovada da história cultural, isto é, perceber as nuances da literatura na sociedade em que é produzida. As investigações dos discursos literários e históricos perpassam diversos momentos, entre distanciamentos e aproximações, suas percepções no tocante das relações humanas são únicas e de sensibilidade singular.

Explorar essa concatenação epistemológica é pilar norteador do presente trabalho, que tem por objetivo compreender as relações de poder pela tríade classe – raça – gênero, consubstanciais da cultura perante às transformações da sociedade britânica oitocentista e, atreladas à narrativa de *O morro dos ventos uivantes*, obra de grande prestígio para a literatura ocidental. Essas questões são notórias na concepção do elo entre cultura e sociedade à época da ideologia imperialista da Grã-Bretanha. As contribuições da crítica feminista e dos estudos pós-coloniais (intimamente ligadas à história cultural), revelam pormenores da reflexão a que se busca no presente trabalho, no sentido de desvelar premissas eurocêtricas e patriarcais dos diversos discursos de poder

Sendo assim, o primeiro capítulo se enfoca em analisar as conjunturas históricas da escrita no século XIX, entre influências e rupturas, em especial para a tradição literária feminina em período de competição assimétrica para as mulheres e a maneira que utilizam do artifício da prosa para salvaguardar seus ímpetus intelectuais e profissionais. Para tal, utiliza-se das discussões teóricas e metodológicas da literatura e história, assim como na consciência dos seus entrecruzamentos no contexto britânico oitocentista, através do embasamento de autores e autoras que analisam as dinâmicas dessas relações.

No segundo capítulo, o cerne da análise se volta para os paradigmas históricos na instauração e institucionalização das disputas de poder, no que concerne as noções de dominação e subordinação. Como dito anteriormente, a percepção de classe, raça e gênero no contexto do Império Britânico é fundamental para se sustentar a consubstancialidade desses elementos nos discursos da época, especialmente os voltados à cultura.

E por fim, no terceiro capítulo, *O morro dos ventos uivantes*, de autoria da inglesa Emily Brontë, é esmiuçado pelas perspectivas literárias e históricas na época de publicação do romance, isto é, meados do século XIX, bem como na análise dos discursos de poder sob as representações presentes na sua narrativa. Inscreve-se também o balanço acerca da recepção e fortuna crítica da obra, como interlace do seu conteúdo, autoria e opinião geral da época.

2 LITERATURA E HISTÓRIA: percepções teóricas e sociais

Este capítulo tem como foco a compreensão da literatura em processos contextuais referentes ao tema deste trabalho, possibilitado pela contribuição da História Cultural, referente à epistemologia adotada quanto à fonte, análises culturais e à relação intrínseca entre cultura e sociedade. Portanto, pretende-se dissecar o contexto que levou a literatura se permear na história, preocupando-se em assegurar e compreender a literatura enquanto fonte histórica no parâmetro dos estudos culturais e revelar sua faceta para com a sociedade, sobretudo quando enfoca o seu contexto oitocentista. No primeiro tópico, apresenta-se o postulado epistemológico da literatura enquanto fonte para a história que aqui se interessa de forma imprescindível. No segundo tópico, consta-se o esforço de compreender as condições literárias na Inglaterra como fomento da autoria feminina e, no terceiro e último tópico, a forma como se moldou a tradição literária feminina na busca de compreensão da fonte adotada na pesquisa, isto é, pelo entendimento da conjuntura social e literária de *O morro dos ventos uivantes*, de Emily Brontë, e, de forma geral, pela possibilidade dessa como representação à época do Império Britânico no século XIX.

2.1 A fonte literária sob a perspectiva histórica

A literatura como conceito, conteúdo e função traduziu-se ao longo da história sob diversos desígnios que se moldaram perante as principais insurgências da cultura. Embora sua natureza possa parecer complexa de qualificar da forma mais fiel ao seu valor artístico, é nítido que a literatura possui uma tradição que a gera e influencia concomitantemente. Todavia, não há como negar que a literatura incorpora elementos singulares da sociedade e tem valor imensurável para a história. Dessa forma, é necessário estar a par do desenvolvimento da historiografia referente ao tema proposto, sobretudo na percepção da literatura como fonte histórica. Para tal, devemos nos ater aos caminhos percorridos entre esses dois vastos campos de análises, seus entrecruzamentos, conexões e perspectivas únicas que em conjunto, resultam no senso de compreensão humana do presente para com o passado.

Para Antoine Compagnon (2001), a definição de literatura ocidental no sentido moderno ainda é muito recente, sua compreensão como romance, teatro e poesia remonta ao

século XIX e se respaldou através da noção romântica, isto é, voltada para a concepção nacional e sobretudo resumida pelas obras dos chamados grandes escritores, reforçando o ideal de cultura erudita e da construção de Estado. Em sentido mais geral, houve um estreitamento institucional cada vez maior da literatura. Sua linguagem seria desprendida do cotidiano, em oposição do sentido denotativo da vida e, portanto, sua expressão se tornou essencialmente conotativa, remontando somente a si mesma. Essa concepção se torna central da discussão que se tem de linguagem literária, da qual se constitui o campo da Linguística e se delega aos textos literários estilos da narrativa em contrapartida ao seu contexto histórico-social. Esta estética romântica “[...] impôs a noção de ‘literatura’, ou melhor, de ‘Literatura’, oposta ao restante dos enunciados da sociedade, considerados profanos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 18).

A história também não escaparia da sua concepção institucionalizada assegurada com os idos da era moderna. Segundo Henrique Borralho (2013), as definições instituídas no que diz respeito à história e à literatura trataram de separá-las, em especial no século XIX, quando moldou-se o sentido de ciência na contemporaneidade, logo

O desencantamento do mundo significou o deslocamento da proteção divina, a forma de enxergar a vida e as relações sociais sob o enlace e invólucros divinos, transcendente, para a uma forma racional, moderna, uma reengenharia social em que a vida era retirada das mãos de Deus para a dos homens, ou seja, a vida não era o estabelecimento do nexos causal entre divindade e humanidade, e sim, da responsabilização, do compromisso em criar uma nova vida, um novo humanismo no qual os grandes responsáveis pela trajetória humana eram os próprios homens [...] (BORRALHO, 2013, p. 10-11).

Sendo assim, tanto história quanto literatura se afunilaram no seu sentido epistemológico e cada qual seguiu por vias diferentes. Para Michel de Certeau (1982), a história em si enquanto ciência moderna nasce atrelada a uma concepção de instituição social, logo, torna possível o saber científico produzido por grupos, estes divididos em subgrupos ou escolas, cada qual seguindo aproximações nos campos teóricos as quais mais se interessam e defendem, tanto que considera a instituição histórica, assim como sua prática, relativa à toda uma estrutura da sociedade, desde a questão da documentação até a redação do livro. Roger Chartier (2009) afirma que essas categorias da instituição histórica se organizam através de hierarquias e demarcam fronteiras daquilo que passa a ser ou não um objeto histórico. Em relação à prática e aos métodos da pesquisa história, sob a alcunha de escolas como unidades sociais, surgem matrizes interpretativas e críticas que influenciam fortemente a tradição com a qual a história durante muito tempo foi contemplada (CERTEAU, 1982), sendo as mais significativas no último século as perspectivas marxistas e da corrente dos *Annales*.

A primeira que vincula os campos teóricos com a ideologia decorrente do materialismo histórico passa a ser criticada pela segunda. Segundo Sandra Jatahy Pesavento (2008), os seguidores da Escola dos *Annales*, fundada pelos franceses Marc Bloch e Lucien Febvre no fim da década de 1920, criticavam os postulados históricos de viés marxista devido ao seu endurecimento reflexivo em suas aplicações ao real. De modo geral, os seguidores dos *Annales* e até mesmo aqueles considerados marxistas (como o caso de E. P. Thompson) se afastaram da visão leninista e posteriormente estalinista da história, pois as consideravam muito rígidas e reducionistas, fomentando através de novos postulados uma nova história social. No entanto, ainda embasavam seus estudos em direção aos níveis econômico e social e seguiram rumo aos preceitos interdisciplinares como forma de desbancar a história positivista, herdeira do Iluminismo. Dessa maneira, “O século XX assistiu a derrocada e crise humanista herdeira do iluminismo abalar os alicerces e fundamentos de um tipo de ciência que prometia, pela razão, o progresso, a evolução e a paz” (BORRALHO, 2013, p. 15). A história, por consequência, assim como outros campos das Ciências Humanas, entrou em crise e buscou respostas para as indagações que se fizeram bastante pertinentes.

De acordo com Pesavento (2008), é somente nas últimas décadas do século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, na qual abandona-se alguns pressupostos dos *Annales*, que se assiste a uma série de análises feita por diversos estudiosos referentes à disciplina histórica, pensando em reformulações das suas prerrogativas. É nessa fase que se atribui para a história o seu sentido enquanto narrativa, na qual reforça sua substancialidade como um produto discursivo. Portanto, entra em voga seus aspectos voltados a estratégias linguísticas. De maneira geral, “O texto do historiador tem, pois, uma pretensão à verdade e refere-se a um passado real, mas toda a estratégia narrativa de refigurar essa temporalidade já transcorrida envolve representação e reconstrução” (PESAVENTO, 2008, p. 36). Além disso, a autora sinaliza que Paul Ricoeur fala de uma ficcionalização da história e para compreender a relação de uma com a outra, é necessário indagar-se seus distanciamentos assim como suas aproximações, que serão decisivos para o despontamento das fontes sob a perspectiva da análise histórica.

Tradicionalmente, como aponta Chartier (2009), a história se distancia da ficção quando esta informa do real, mas não pretende representá-la, enquanto a história é por definição uma representação do passado que já foi e não é mais. Todavia, tal concepção se anuvia quando há cada vez mais a evidenciação da força da representação do passado pelo escopo da literatura. Talvez ficção e história não estejam tão distantes quanto se acreditava. Para tanto, o autor

demonstra que há exemplos significativos dos campos literários que exerceram uma representação coletiva mais poderosa do passado, se utilizando não somente do gênio criativo, mas de documentos e técnicas que incorporam e manifestam um “efeito de realidade”. Afinal, a narrativa histórica é senão uma invenção do mundo, dos episódios que ocorreram, mas que admite múltiplas interpretações e, portanto, o discurso histórico é ficcionalização operacionalizada pela verossimilhança e não pela veracidade. É uma linha tênue que acarretará com um sentido de verdade, pois se postula através de métodos científicos, de pesquisa documental e técnicas próprias tal como de Certeau analisa como papel do historiador (PESAVENTO, 2008).

Nota-se que a representação é o fio que liga a noção de aproximação entre história e ficção, ambas estão circunscritas no tempo e no espaço. Mas do que se trata e se formula esse conceito? Essa noção foi incorporada pelos historiadores através das elaborações de Marcel Mauss e Émile Durkheim no início do século XX como maneira de gerar condutas e práticas sociais e sua expressão está fundamentalmente em “[...] estar no lugar de, é presentificação de um ausente [...] A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele” (PESAVENTO, 2008, p. 40). Em suma, é aquilo que expõe algo ou alguém, traduz de forma até mesmo simbólica algo que já passou. Nela, não se admite o não-real, pois até mesmo a negação de algum elemento em determinada situação evoca uma representação. Basicamente, este conceito implica uma noção de produzir legitimidade e destaca, então, o seu grau de complexidade e sua capacidade de informar o presente na construção que se faz do passado.

A fonte para o historiador como representação da realidade já passada é o enlaço promissor da história e literatura. Esse tipo de fonte, isto é, a literatura, que não fora escrita para o ser, relega toda uma preocupação em estabelecer uma história da produção literária a qual pertencem. É sobretudo encabeçar uma análise das obras escritas por autores ou autoras no seu tempo. Assim sendo, sua intenção é o de “[...] compreender como os mesmos textos - sob formas impressas possivelmente diferentes - podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos” (CHARTIER, 1991, p. 181). O que importa é utilizar a literatura como um material sensível que outras fontes não proporcionarão, mas acima de tudo, entender que o historiador deve se debruçar no tempo de escrita da obra e não o da sua narrativa (PESAVENTO, 2008).

O romance, por excelência, na fecunda orientação que se introduz no século XIX expressa enquanto gênero literário uma função essencial de dar a impressão de fidelidade às

relações humanas, ou seja, confere um caráter de representação dos valores e preceitos morais de uma determinada época, de uma determinada sociedade (WATT, 2010). É compreendendo o contexto no qual uma fonte se insere, sendo esta romance ou não, que leva o historiador pautado na acepção cultural, em estabelecer essa conexão entre os discursos literários e históricos. Afinal de contas, ambas são constituídas pela mesma matéria universal, são postuladas pela mão de alguém do passado e foram interpretadas e reformuladas por alguém do presente. Literatura e história se amarraram através das contribuições epistemológicas dos últimos decênios para comprovar e atestar que ainda são complementares.

2.2 O cenário literário britânico no século XIX: a insurgência da escrita feminina

Eventualmente, a literatura se inscreveu ao longo da história como ferramenta que propiciou um olhar revelador sobre diversos aspectos da sociedade, bem como a dos sujeitos que vivenciaram determinadas épocas. No decorrer do século XIX não seria diferente, justamente por se tratar de uma era em que mudanças marcaram presença nos âmbitos político, social e econômico. Portanto, sem dúvida, o teor literário se transformou consideravelmente. Dessas mudanças podemos evidenciar uma participação cada vez maior das mulheres na esfera literária. A escritora inglesa Virginia Woolf (2013) em *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*, sinaliza tal questão, quando, debatendo em determinada ocasião a respeito da vida profissional da mulher, destaca que o caminho já fora pavimentado há muitos anos por outras escritoras. Estas tendo suas obras reconhecidas ou não, perpetuaram gradualmente no seio literário condições que fizeram das mulheres agentes participantes em um contexto marcadamente masculino.

No entanto, como forma de engrenar essa discussão, primeiramente é necessário compreender do que se trata a literatura oitocentista, em especial a da Inglaterra, que se tornou referência ao cânone ocidental. Raymond Williams (2014), em importante estudo sobre as implicações sociais da escrita, apresenta de forma quantitativa o crescente número de leitores na Grã-Bretanha, que sucedeu de certa forma o aumento da população e o de indivíduos alfabetizados na passagem do século XVIII ao XIX, ainda que este não seja o maior sinalizador que desencadeou a tradição literária britânica. O autor leva em consideração principalmente o tipo de escrita e o tipo de público pelo qual teciam relações específicas.

De acordo com Ian Watt (2010), deve-se levar em conta que o grau de instrução, isto é, saber ler e escrever, era bastante limitado na época, sendo destinado exclusivamente às camadas mais abastadas da sociedade. Nesse contexto, especialmente a classe média em insurgência, que, de modo geral, exercia ofícios mais tipicamente liberais, destinados a práticas intelectuais, como professores, advogados e administradores. Dessa maneira, é necessário compreender que a formação dessa esfera intermediária da população (situada entre os ricos e os pobres) aos poucos foi se afunilando entre aqueles mais enriquecidos e se inserindo na chamada cultura da classe média, que para o autor foi a responsável pela expansão, ainda que minoritário em relação à aristocracia, do público leitor que efetivamente possuía poder aquisitivo na compra de tipos específicos de livros.

Pode-se perceber então que a razão econômica exerceu forte influência. Woolf (2013, p. 3), quando evidencia a participação feminina na literatura, afirma que “Claro que foi por causa do preço baixo do papel que as mulheres deram certo como escritoras, antes de dar certo nas outras profissões.” e, embora essa passagem implique muitas limitações quanto às origens sociais das escritoras, lança luz no entendimento de que as motivações financeiras são essenciais no aumento da cultura literária que foi aos poucos ganhando mais espaço na sociedade. É digno de nota acrescentar no que diz respeito aos escritores e escritoras inglesas que

A partir de meados do século XVIII, a formação social e educacional dos escritores mais importantes começou a mudar: havia mais escritores oriundos da classe média e de famílias de profissionais e proporcionalmente menos que haviam passado pelas universidades de Oxford e Cambridge [...] No fim do século XVIII e começo do século XIX, a importância relativa dos escritores de classe média se manteve, mas novos grupos sociais começaram a ser mais bem representados, com escritores nascidos em famílias de negociantes, fazendeiros e artesãos (WILLIAMS, 2014, p. 96-97).

Portanto, é nítido que a participação na vida literária era extremamente restrita, tendo suas causas como resultantes da limitação econômica, o que se reflete tanto pela dificuldade de aquisição de livros e, é claro, quanto nas poucas oportunidades de educação e acesso às universidades. Percebe-se que a abrangência nas origens sociais dos escritores no início do século XIX e nas décadas posteriores de certo modo provém da falta de uma uniformidade educacional na Grã-Bretanha. Dessa forma, ainda que existissem escolas mantidas ou não por doações, a educação era irregular e inacessível aos mais pobres (WATT, 2010). De maneira geral, a tradição literária inglesa pelo menos até metade do século XIX era fundamentalmente excludente para as camadas mais empobrecidas. Escritores e escritoras (como se verá mais adiante) buscavam táticas de contornar essa situação na qual estavam inseridos, através de meios de instrução mais informais e independentes.

Quanto à produção material dos livros, foi somente nas décadas de 1830 e 1840, que os métodos de fabricação destes e a utilização de materiais mais baratos facilitou o acesso do público, mesmo sendo uma parcela ainda ínfima comparado a população geral. Porém, definitivamente, foi mais um fator que culminou com a herança literária britânica que no século XIX gradualmente exerceu seu prestígio na sociedade de diversas formas. Publicação em jornais e revistas, que eram mais acessíveis que livros, também pode ser referida com grande importância na introdução da população com a escrita da época (WILLIAMS, 2014). A imprensa sem dúvidas exerceu seu poder de influência e paralelamente fomentou com o grande comércio literário das editoras mais proeminentes.

Nesse contexto, não podemos deixar de destacar o romance como gênero em prosa que mais se popularizou nos últimos dois séculos. De fato, a alcunha do termo “romance”¹ veio a se consolidar somente no fim do século XVIII. Nessa época, o gênero não era popular, pois ainda estava nas sombras dos gêneros mais clássicos e eruditos. Era uma forma mais destinada à classe média por conta dos preços mais baixos, porém, ainda não alicerçado fortemente na cultura da época (WATT, 2010). No entanto, com mudanças tão significativas nas sociedades europeias culminadas com a Revolução Industrial, com foco na Inglaterra, o romance nasceu estreitamente ligado à Era Moderna, obscurecendo os gêneros envelhecidos da Antiguidade clássica, ou melhor, estabelecendo seu próprio lugar, sua própria influência e apresentando novos horizontes de expectativas. O romance não se acomodava com os outros gêneros maiores, a relação não era harmônica, pois justamente se encarregou de parodiá-las (BAKHTIN, 2002). Williams (2014) afirma que o romance como uma forma prosaica se estabeleceu entre a maioria dos grandes escritores a partir de 1830, sendo que antes disso esse tipo de estilo e forma era um tanto isolado da tradição literária.

Mas no que o romance se diferencia dos outros gêneros literários? E o porquê da sua ascensão no meio cultural? Quanto à distinção, certamente advinda de um processo complexo e lento, se desencadeou a partir de três fatores principais sendo estes:

1. A tridimensão estilística do romance ligada à consciência plurilíngue que se realiza nele; 2. A transformação radical das coordenadas temporais das representações literárias no romance; 3. Uma nova área de estruturação da imagem literária no romance, justamente a área de contato máximo com o presente (contemporaneidade) no seu aspecto inacabado (BAKHTIN, 2002, p. 403-404).

¹ O gênero romanescos na Inglaterra veio a se tornar popular somente com a publicação de *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe no século XVIII. (DIAS, 2012).

De forma simples, essas características moldaram o romance como uma forma de conteúdo voltado para o presente, sendo fortemente entrelaçado com as questões que estavam em pleno vigor no imaginário social do século XIX, em oposição ao aspecto acabado e saudosista do passado dos gêneros elevados, como a epopeia. Por isso, com sua crescente popularização na Inglaterra, os escritores estavam cada vez mais envolvidos com temas do cotidiano, das culturas e da sociedade em mudança como um todo.

Acrescentando ao debate, Watt (2010) defende que o romance em geral alcançou seu prestígio perante a ficção anterior ao século XVIII justamente pelo seu teor realista, ou seja, o “realismo”² que conceitualmente se antagonizava com o “idealismo” representou uma via de pensamento ideal às mudanças que estavam presenciando no âmbito social. Porém, se considerar a expressão no sentido mais rígido, isto é, a representação da vida humana mais “vulgar” em detrimento de outros elementos, ela não passaria, nas palavras do autor, de um romantismo às avessas, perdendo o caráter realístico mais essencial do romance, este sendo a retratação da experiência humana em todas as perspectivas, não somente no conteúdo, mas na forma como apresenta.

Em especial no que concerne aos interesses de classe que na década de 1840, apresenta-se na ficção uma explícita ênfase nas noções da burguesia, quando esta reforça o papel meritocrático dos indivíduos e até mesmo representa conflitos de classe na prosa desse período, diferente do que ocorria anteriormente. Na década de 1830 a aristocracia ainda era vista como a classe mais atrativa de se escrever, porém, com a mudança de contexto, o realismo passa a se tornar elemento de destaque no romance e assim, as classes em ascensão inauguram seu lugar privilegiado na tradição literária (WILLIAMS, 2014). É preciso complementar que a burguesia como plano de fundo conteudista dos romances se refere mais ao contexto urbano. No plano rural, a literatura se desenvolve a par de outros componentes, mas não de forma isolada.

Além disso, na análise sobre as obras de influentes escritores ingleses, tais como Richardson, Defoe e Fielding, Watt (2010) salienta que o romance é o gênero que melhor explicita a relação individualista e inovadora da cultura e seus personagens não mais seriam genéricos em ambientes que há muito foram determinados. Para a nova tradição romancista,

² A associação principal que se tem do termo “realismo” está associada com a escola dos franceses realistas, o termo foi utilizado como via estilística pela primeira vez em 1835 na qual a partir dessa data passou a antagonizar com os chamados idealistas. Como alcunha literária de fato foi estabelecido somente em 1856 pelo jornal *Réalisme*. As implicações do “realismo” se perderam ao longo do tempo, causando controvérsias com seus temas vulgares, da retratação da vida humana na forma mais crua possível. (WATT, 2010).

seus personagens seriam mais especificamente representados em situações específicas. Consequentemente, os elementos romanescos são fortemente marcados temporal e espacialmente. Bakhtin (2002, p. 417) faz um levantamento epistemológico muito interessante quanto ao romance, que exprime bem o que fora abordado, o filósofo russo defende que o gênero romanesco “[...] está ligado aos elementos do presente inacabado que não o deixam se enrijecer. O romancista gravita em torno de tudo aquilo que não está ainda acabado”. Tal passagem reflete como o gênero se tornou o mais promissor diante das mudanças vivenciadas no contexto histórico britânico na passagem do século XVIII para o XIX.

Dentre o crescente número de leitores, sobretudo os que consumiam romance devido a sua maior acessibilidade ao público em geral, estava a forte presença das mulheres, que culminaria com uma parcela significativa na tradição literária britânica. É apregoado que as mulheres de classes mais abastadas dispunham de mais tempo livre e, ser impedidas de exercer muitas das atividades tradicionalmente masculinas (negócios, política, administração), acarretava com seu interesse maior na literatura. Então é tido que esse tipo de público feminino se desenvolveu através do ócio, da necessidade de envolver-se em algo que consumiria suas horas vagas. As mulheres de classes menos ricas, a partir do século XVIII, com o advento das transformações econômicas, ainda que em menor escala, também passaram a desfrutar de mais tempo livre para seu próprio lazer. Porém, esse é um contexto mais essencialmente urbano, já que, nas regiões rurais, o ritmo do crescimento da tradição literária feminina era bem mais lento, pois as mulheres deveriam se dedicar as tarefas domésticas e laboriosas na maior parte do dia (WATT, 2010).

Decerto, o romance nasceu com suas particularidades e sem dúvidas, apesar do significativo aumento do público feminino, estava fortemente associado ao padrão masculino da época, como é de se esperar da cultura literária de uma sociedade patriarcal, nesse caso, a britânica. Portanto, conforme a pesquisadora Daise Lilian Fonseca Dias (2012), o gênero romanesco durante boa parte da sua história estava intimamente ligado aos critérios da prosa masculina, porém, a partir de meados do século, tornou-se uma escrita tida essencialmente como feminina por consequência do romance ser visto como uma atividade inferior pelo público, pois não estava ligada necessariamente à educação formal. De maneira geral, escrever romance passou a ser visto como uma atividade que podia se viver e poderia ser uma fonte de renda sustentável para muitas mulheres, se estas não fossem impedidas no âmbito familiar.

Essas questões, quanto à educação e ocupação profissional do romancista merecem mais apontamentos referente ao tema. As romancistas em sua maioria eram oriundas das classes

médias altas e da aristocracia, devido à questão econômica como reflexo. É provável que o romance foi tido como gênero favorito pelas escritoras vitorianas por essa questão de classe. Isso fez com que as romancistas pioneiras, que provavelmente somente tinham acesso à sala de estar enquanto escreviam, optassem por dar preferência à prosa e ficção em detrimento das formas poéticas que exigiam mais concentração (DIAS, 2012). O espaço físico sem dúvidas também exerceu forte influência na constituição da formação intelectual das mulheres.

Claramente, o fator educacional representa um grande empecilho no acesso da mulher na tradição literária. Na década de 1840, período singular da história da literatura britânica em que o romance passa a ser o gênero dominante, houve uma certa euforia por parte da parcela masculina desse setor que acreditava na “invasão” das mulheres nesse âmbito. Essa aceção nada mais é do que ilusão do período e de críticos do sexo masculino que exageravam a proporção da escrita feminina, que ainda era uma minoria comparada aos homens. Isso se deu provavelmente pela qualidade ao invés da quantidade, pois boa parte de obras em destaque desse período são provenientes da pena feminina. Essas mulheres alcançaram o que milhares não puderam e a comparação injusta da condição feminina em relação à masculina revela disparidades profundas, tais como o acesso educacional, a idade de publicação e a escrita como fonte de renda (SHOWALTER, 1977).

Como visto anteriormente, a educação era privilégio de poucos, sendo destinada às camadas mais enriquecidas, porém, para a população feminina, ainda que fizesse parte da aristocracia, seu acesso era limitado pelas demandas morais da época. Segundo Showalter (1977), somente 20% das escritoras de certo estudo sobre as condições das mulheres literárias, possuíam alguma instrução mais formal. Portanto, houve um imenso esforço das romancistas em atenderem aos padrões de educação de dominação masculina, na forma de estudos de diversas áreas do saber feitos em casa ou na biblioteca de conhecidos, quando eram permitidos. Essa contínua pressão de certo estava na intenção de se provarem capazes de superar o estigma social que estavam presentes e de publicarem seus romances. Muito embora seus esforços hoje sejam reconhecidos, em boa parte da história, a crítica literária foi dura com as escritoras vitorianas, frequentemente depreciando o conteúdo de suas obras, onde praticamente demandavam uma “feminilidade” exacerbada na sua escrita, concernente a casamento, maternidade, costumes domésticos, dentre tantas outros estereótipos de gênero.

De fato, esses temas não deixam de ser recorrentes na escrita feminina. No entanto, o que define um ou outro está na enorme diferença da experiência de gênero, isto é, cada sexo descreve a si mesmo de forma mais profunda. O que faz concluir que mulheres escrevem melhor

sobre mulheres e homens escrevem melhor sobre homens, porém, há uma peculiaridade que faz com que cada sexo descreva certas características melhor sobre o outro. Isso revelou uma faceta que fez mulheres serem compelidas a escrever romance, pois o gênero literário permitia uma certa ironia e leveza no juízo de valor perante o outro sexo, abrindo possibilidades e incentivos de descrever suas próprias angústias e opiniões sobre uma sociedade que a condenava muitas vezes pelo simples ato de escrever (WOOLF, 2013).

Sendo assim, desde o princípio a escrita de autoria feminina estava envolta de obstáculos e escrever como profissão era competir com um mercado literário já dominado pelos homens. Dominação essa que estava para além da esfera social, mas também no plano simbólico, como quando Dias (2012) exemplifica pela analogia do lápis, em inglês “pen”, que está associada a palavra “pênis”, o que, portanto, significa que ter posse do lápis, isto é, do poder criativo, era estar intimamente ligado à genitália masculina. Os corpos biológico, social e intelectual da mulher, conseqüentemente, era estéril do gênio criativo. Essa teoria foi amplamente normalizada e defendida pelos críticos mais conservadores, que, de certo modo, temiam a entrada cada vez maior das mulheres no cenário literário e se manifestavam inconformados sobre a inferioridade intelectual feminina perante a tradição artística.

Woolf (2013) rebate tais inconsistências quando cita as restrições externas, em especial o fator educacional, mas também o doméstico e o biológico, na cristalização durante séculos da criatividade feminina. Quando passam a receber mais oportunidades, ou melhor, superar as adversidades impostas, escritoras notáveis surgem através de diversas perspectivas no cenário literário britânico, e, como pôde ser brevemente observado, o poder da escrita feminina, aquela que não mais representa o “lápis/pen”, gerou incômodo e abalou certas estruturas da sociedade. Como forma de compreender mais profundamente os fatores que estavam ligados a escrita feita por mulheres no século XIX, o esforço será o de expressar a incorporação da tradição literária feminina, entender seus aspectos, seus pontos fortes e fracos, valores e indagações perante o legado que cada geração de escritoras deixou inscrita na história.

2.3 A tradição literária feminina em foco: questões de experiências e influências

A escrita feita por mulheres, tendo-as detentoras do poder imaginativo a que se encarregam de manter no seio intelectual oitocentista, está inserida em uma história própria que

carrega um peso não tão simples de inferir. Essa busca não é apenas envolvida na simbologia da libertação literária, mas sobretudo, engloba o desejo de desprender-se das amarras do seu próprio sexo. Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (2009) apresenta os fatores que levaram a sociedade ser essencialmente androcêntrica, isto é, as práticas às quais estamos incorporados não só representam a dominação do homem, mas todas as experiências sociais vivenciadas são de natureza masculina. Dessa forma, a mulher passou a ser o *outro*, sem dúvidas indispensável, pois toda forma de poder necessita do seu subordinado, reforçando o ideal da mulher submetida às vontades do homem. Quebrar esse paradigma histórico, é tarefa árdua que exige esforço imensurável do ser feminino, pois a mulher sempre carregará este estigma e na cultura literária certamente não seria diferente. A escritora como o ser profissional é antes de tudo o ser mulher, associada com todo o fardo que carrega.

A crítica feminista, portanto, se responsabilizou por almejar uma avaliação mais justa e sem as imposições da dominação masculina perante essas escritoras que assumiram certo espaço na cena literária. Para Elaine Showalter “Toda a crítica feminista é de alguma forma revisionista [...]” (1994, p. 27), concebendo, portanto, esse valor de reescrever a própria história como forma de superar séculos de imposição masculina. De fato, essa noção tornou possível o pontapé inicial que esse modelo avaliativo precisava de início, mas que para a autora não é o suficiente a longo prazo. Questionar incessantemente na busca de modificar a crítica anteriormente expressa por homens é cristalizar-se na história e não se permitir avançar para um futuro modificado, aquele que permite um julgamento da escrita feminina que melhor a faça justiça. É preciso atentar-se minuciosamente para não correr o risco de perseguir a aprovação dos chamados *white fathers*, homens da cultura branca intelectual que pouco se interessam na contribuição da crítica feminista.

Sendo assim, é preciso formular indagações da escrita feita por mulheres a partir da premissa da história literária das mulheres em si, no que diz respeito a sua tradição, estilos, temáticas e gêneros favorecidos (SHOWALTER, 1994). Essa é uma teoria que defende uma tradição feita por escritoras que, no seu contexto, representa diversas nuances da escrita feminina. Ellen Moers no seu livro *Literary women* (1976) expressa que as mulheres literárias mais do que ninguém são capazes de compreender e falar sobre si mesma com propriedade. A autora faz um levantamento geral das escritoras pioneiras no contexto oitocentista e revela um olhar sincero para com essas mulheres, de forma a garantir que essa tradição literária de forma alguma foi algo homogêneo e muito menos algo incorporador, o que de fato dificultou o

fortalecimento das redes de relacionamento entre escritoras, mas que não a anula, como veremos adiante.

Compreender as condições do pioneirismo da autoria feminina enquanto profissão é complexo e sobretudo está envolto de um emaranhado de informações de diversas naturezas. Beauvoir (2009) afirma que é somente no século XVIII que uma mulher, a burguesa Mrs. Aphra Behn passa a viver da escrita tal qual um homem, influenciando outras a seguir seu exemplo, porém, ainda no século XIX, muitas mulheres estavam compelidas a se esconderem perante seu lugar enquanto escritoras devido às represálias da sociedade. Como forma de aprofundar essa questão é preciso dar um enfoque maior quanto ao contexto da escrita feminina e suas implicações.

De certo, em uma sociedade androcêntrica que fazemos parte, os indivíduos à qual pertencem são compelidos a aceitar a visão de que a mulher nas diversas esferas sociais caminha sem escapatórias num destino traçado pelos homens, sendo assim, a cultura seria um reflexo dessa visão de mundo. Showalter (1977) expressa em *A literature of their own* a teoria aceita por nomes como G. H. Lewes e John Stuart Mill, dois filósofos vitorianos liberais defensores da emancipação das mulheres, que afirmavam que estas possuíam a árdua luta de superar uma longa tradição do que chamavam de literatura de imitação como forma de construir a sua própria. Não concordando com essa noção, a autora demonstra que com o advento da crítica feminista nos fins do século XIX e idos do XX (especialmente na década de 1960), passou a se observar um coletivo da tradição literária feminina e entender porque ela está longe de ser mera imitação, sendo assim, defende-se a ideia de que “[...] quando nós olharmos para as escritoras coletivamente, podemos ver um continuum imaginativo, a recorrência de certos padrões, temas, problemas e imagens de geração em geração³” (SHOWALTER, 1977, p. 11, tradução nossa).

De acordo com Moers (1976), assimilar esse coletivo/tradição estabelecido historicamente em relação às escritoras como um movimento à parte implica uma certa imprecisão e inexpressividade do termo, tanto quanto associá-la a uma espécie de “solidariedade” também é vago, quando demonstra que as críticas mais duras da escrita feminina muitas vezes eram oriundas da pena de mulheres. Um exemplo clássico é quando a notória escritora George Eliot (pseudônimo de Mary Ann Evans) ironiza obras com teor de fantasia romântica de autoria feminina, considerando-os tolos. Dessa forma, a autora defende

³ “[...] when we look at women writers collectively we can see an imaginative continuum, the recurrence of certain patterns, themes, problems, and images from generation to generation”.

mais o conceito de confiança e não de lealdade na experiência da tradição literária entre mulheres, que a princípio se apresentava ainda vulnerável, mas com a expansão da influência literária das romancistas, tornou possível seu fortalecimento. E esta não poderia advir de outra fonte, porque

Os escritores do sexo masculino sempre puderam estudar seu ofício na universidade ou em um café, agrupar-se em movimentos ou grupos, buscar antecessores para orientação ou patrocínio, colaborar ou lutar com seus contemporâneos. Mas as mulheres durante a maior parte do século XIX foram barradas nas universidades, isoladas em suas próprias casas, acompanhadas em viagens, dolorosamente restritas na amizade. O dar e receber pessoal da vida literária estava fechado para elas. Sem isso, elas estudavam com especial proximidade as obras escritas por seu próprio sexo e desenvolveram um senso de familiaridade fácil, quase rude, com as mulheres que as escreveram⁴ (MOERS, 1976, p. 43, tradução nossa).

Devido a essa assimilação ainda tímida foi possível dar evasão a uma rede cada vez maior de trocas entre escritoras. Sendo excluídas da tradição masculina ou mesmo inferiorizadas quando a adentravam, inicialmente essas mulheres não dispunham a quem recorrer, eram despossuídas de história própria, e essa se torna uma característica marcante da escrita feminina, isto é, esse isolamento social forçado é significativo na sua percepção de mundo (SHOWALTER, 1977). Tal concepção passa a mudar quando esse elemento humano de identificação reforça a necessidade das escritoras lerem as obras de suas contemporâneas, ainda que pudesse existir uma certa distância espacial, por meio de troca de cartas ou encontros, passavam a absorver melhor seu lugar enquanto romancistas. Nesse caso, Jane Austen se tornou uma escritora reconhecida da tradição feminina nos primórdios do século XIX porque tinha a disposição e estudou as obras de outras escritoras a que pudesse aperfeiçoar, tais como Maria Edgeworth e Fanny Burney e tal como fez, influenciou uma geração posterior de romancistas vitorianas (MOERS, 1976).

No entanto, antes de haver essas proximidades quanto ao gênero, essas escritoras também se relacionavam através de aproximações no que diz respeito à classe, raça, nacionalidade, entre outros aspectos, reforçando a teoria cultural de que as escritoras possuíam diferenças sociais e estas distâncias são significativas mas não definitivas (SHOWALTER, 1994). Moers além disso afirma que “No caso da maioria das escritoras, as tradições femininas foram adicionadas às associações literárias de período, nação e classe que compartilhavam com

⁴ Male writers have always been able to study their craft in university or coffeehouse, group themselves into movements or coteries, search out predecessors for guidance or patronage, collaborate or fight with their contemporaries. But women through most of the nineteenth century were barred from the universities, isolated in their own homes, chaperoned in travel, painfully restricted in friendship. The personal give-and-take of the literary life was closed to them. Without it, they studied with a special closeness the works written by their own sex, and developed a sense of easy, almost rude familiarity with the women who wrote them.

seus contemporâneos do sexo masculino⁵” (1976, p. 45, tradução nossa). De maneira alguma esses determinantes sociais podem ser tomados como irrelevantes. Como visto anteriormente, a maior parte das escritoras oitocentistas são oriundas das classes mais abastadas, principalmente quando se refere ao momento histórico a qual pertenciam. É preciso levar em conta também esses tipos de pertencimentos sociais na qual as mulheres faziam parte na cultura de sua época.

Percebe-se então que a tradição literária feminina é determinada através de processos, etapas que abarcam particularidades não-lineares, pois cada experiência conta com aspectos próprios. No entanto, se pudermos coletivizar essas experiências individuais, podemos chegar em uma esfera mais geral que corresponde a três estágios da autoria feminina quando esta se incorpora na sociedade, mesmo que não sejam de forma rígida. Estas são estipuladas por Showalter (1977) como sendo as fases: feminina, feminista e a da mulher⁶. De forma resumida, correspondem suas principais motivações, respectivamente:

Primeiro, há uma fase prolongada de *imitação* dos modos prevaletentes da tradição dominante e *internalização* de seus padrões de arte e suas visões sobre os papéis sociais. Em segundo lugar, há uma fase de *protesto* contra esses padrões e valores, e *defesa* dos direitos e valores das minorias, incluindo uma demanda por autonomia. Finalmente, há uma fase de *autodescoberta*, uma volta para dentro, livre de algumas das dependências da oposição, uma busca por identidade⁷ (SHOWALTER, 1977, p. 13, tradução nossa, grifos do autor).

Como dito, essas fases não são inflexíveis, representam momentos diversos e únicos de autora para autora em relação a sua escrita. Cada uma foi de extrema importância na descoberta de individualidade e coletividade simultaneamente da tradição feminina. Contudo, a fase que melhor será explorada corresponde a geração de escritoras que publicaram na década de 1840 até 1880 (recorte feito por Showalter) e está fortemente associada à implementação do pseudônimo masculino, bem como um novo olhar e meios de superação no que se refere aos condicionantes presentes na vivência dessas mulheres.

No contexto britânico, que, como observado anteriormente, carrega toda uma história em relação à insurgência da escrita feminina, tem por principais fatores de correlação

⁵ “In the case of most women writers, women's traditions have been fringe benefits superadded upon the literary associations of period, nation, and class that they shared with their male contemporaries”.

⁶ Essa etapa, denominada pelo original em inglês “female” tem por tradução em português a denotação de “fêmea” quando se refere ao substantivo e de “feminino” como adjetivo. Para fins de não repetição com a expressão da fase feminina, é preferível utilizar como a fase da mulher em um sentido mais específico, o do sexo feminino.

⁷ First, there is a prolonged phase of *imitation* of the prevailing modes of the dominant tradition, and *internalization* of its standards of art and its views on social roles. Second, there is a phase of *protest* against these standards and values, and *advocacy* of minority rights and values, including a demand for autonomy. Finally, there is a phase of *self-discovery*, a turning inward freed from some of the dependency of opposition, a search for identity.

entre escritoras e questão biológica, estando diretamente ligado ao início desse processo complexo, as angústias da repressão que a cultura patriarcal exercia em seus corpos, em especial no advento das descobertas da passagem da infância para a maturidade. Por meio de metáforas, as romancistas inglesas expressavam as experiências físicas referentes às etapas sexuais da vida de forma ritualizada que somente mulheres poderiam compartilhar e compreender. Assim como estavam determinadas a expressarem seus anseios sexuais, estava o tema recorrente do casamento, maternidade, herança e muitas vezes a da busca de poder, muito embora esta característica seja representada mais vezes através de personagens masculinos, tal como o pseudônimo funcionava, isto é, manifestar seus desejos sob a alcunha de uma espécie de intérprete masculino (SHOWALTER, 1977).

Essa concepção simbólica da sexualidade presente na escrita feminina estava diretamente associada aos preceitos morais da época, mais especificamente, com a ascensão da cultura ética da Era Vitoriana. Portanto, grandes nomes da chamada Idade Dourada da autoria feminina, como George Eliot, as Brontë, Sra. Gaskell, Elizabeth Barrett Browning e Harriet Martineau eram pertencentes a esse período histórico. De acordo com Maria Conceição Monteiro (1998), o lar era o ponto de equilíbrio entre os setores público e privado da sociedade, portanto era nele que se despejava a necessidade de promover o sustento das qualidades de moral e castidade. Sendo assim, a figura feminina se tornou a representante dessa estabilidade na imagem de “anjo do lar”. Essa presença minava a liberdade da mulher perante as suas concepções de relacionamentos humanos, ao sexo, à sua criatividade e expressão artística por consequência. Dessa forma “Matar o Anjo do Lar fazia parte da atividade de uma escritora” (WOOLF, 2013, p. 5) e, portanto, “[...] ela ainda tem muitos fantasmas a combater, muitos preconceitos a vencer” (WOOLF, 2013, p. 7).

Além das restrições domésticas, as mulheres deveriam enfrentar a questão moral tão incomodamente presente em seus cotidianos. Como visto, a escrita foi uma forma de conquista da mulher, mas que provocava reações negativas, muitas vezes vindas de seus familiares. Aliado ao receio de desobediência doméstica também estava o incômodo com a condescendência da crítica masculina e, dessa forma, essas escritoras adotaram diversas estratégias para contornar esses dilemas (SHOWALTER, 1977). A adoção do pseudônimo masculino representava um desejo profundo das escritoras de se manterem no anonimato e receberem críticas mais imparciais quanto a sua escrita, porém, como defende Woolf (2013), pode também reforçar um sentimento de libertação do julgo masculino de suas mentes. Charlotte Brontë (2016), no prefácio de 1850 dos romances de suas irmãs, ao explicar sobre os

pseudônimos elegidos, expressa que elas tinham receio dos críticos as condenarem pelo conteúdo de suas obras não serem como denominavam de “feminino” e por perceberem os preconceitos que a escrita feita por mulheres recebia.

Portanto, essa fase da escrita denominada como feminina estava intimamente relacionada ao forte anseio de estabelecer seu espaço na sociedade, ocasionando uma tomada de atitudes referente ao literário masculino e um forte desejo de se desprender do fardo que o conceito de “feminino” carregava. Porém, é a partir dessas, com as indagações pertinentes ao seu sexo, que se encaminhou uma noção da experiência da mulher tal como ela enxergava os papéis sociais estabelecidos. Essa será responsável pela fase seguinte que se esforçará em inaugurar a escrita feminina sem a predominância da tradição masculina, emancipar-se dessa e, por fim, buscar sua identidade própria.

3 O IMPÉRIO BRITÂNICO: sobre poder e cultura

Se cultura e sociedade estão fortemente atreladas na busca de compreensão histórica, os discursos de poder que os promovem são alvo de debates acerca da sua natureza e permanências. Tendo isso em vista, o presente capítulo tem como objetivo geral analisar as redes de poder formuladas e ressignificadas entre classe, raça e gênero, sendo possíveis na construção da teoria analítica dos estudos culturais, assim como no enfoque dos mecanismos de poder na sociedade, inclusive nos discursos da época que compreende o Império Britânico, postulados por ideologias econômicas, políticas e, é claro, culturais. *O morro dos ventos uivantes* (1847), é uma obra postulada por diversos aspectos do imperialismo britânico, cuja compreensão se faz extremamente necessária. De maneira específica, o primeiro tópico abordará as noções de dominação entre classes em um período de profundas mudanças econômicas na Grã-Bretanha. O segundo tópico discute acerca das implicações sociais construídas acerca da noção de raça no processo de intensa colonização do Império para com suas colônias. E no terceiro e último tópico, levantar-se-á um estudo sobre a subordinação feminina nas relações tecidas entre gêneros na história, com foco no período oitocentista.

3.1 A ideologia de classe no Império Britânico

O Império Britânico veio a se consolidar como uma das maiores potências mundiais que a história já presenciou e o crescimento do seu domínio perante outras nações se fortificou no período que compreende os anos de 1815 e 1939. E tal assertiva é crucial quando se define o poder expansionista da Grã-Bretanha referente à sua indústria, comércio, finanças e capacidade bélica. É somente com o declínio da sua prática imperialista, após a Segunda Guerra Mundial, que houve um aparato de pesquisas voltados às análises das principais circunstâncias e efeitos que outrora exerceram tanta autoridade e que relegou ao império privilégios que inevitavelmente persistem até os dias atuais (PASSETTI, 2016). Sendo assim, é necessário estar a par da força econômica que a nação britânica exerceu no século XIX, ocasionada pela Revolução Industrial, bem como a ascensão e permanências de certas classes na metrópole, muito embora essas transformações não se consolidaram de forma abrupta.

Desse modo, fica claro que os impérios do passado sob a ideologia colonial-expansionista modificaram relações e estruturas sociais, em que praticamente toda a população planetária fora afetada. Edward Said (2011), demonstra que durante grande parte do período oitocentista, a Grã-Bretanha e a França dominaram territórios de extensões enormes, cujo os continentes mais afetados foram a Ásia e África. Conjuntamente a outros impérios, essas potências europeias consolidaram o que se chama hoje de um verdadeiro mundo globalizado. Porém, como forma de compreender as implicações desse modelo de política no seu plano internacional, faz-se necessário contextualizar as relações estabelecidas no interior da metrópole britânica, sendo esta intrinsecamente voltada às questões econômicas, sociais, políticas e culturais que moldaram diversas formas de poder na sociedade.

É com o advento da Revolução Industrial que inegavelmente a Grã-Bretanha garantiu sua supremacia econômica entre as nações europeias. A partir das últimas duas décadas do século XVIII, os britânicos que dispunham de grandes propriedades cujo espírito comercial “[...] já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores” (HOBBSAWM, 1977, p. 47). Portanto, a Grã-Bretanha despontava através de sua economia cada vez mais fortalecida e amparada por um Estado suficientemente belicoso, como a maior rival de seus competidores europeus pelo mercado mundial. A expansão capitalista do império britânico para além dos seus territórios nacionais é nitidamente perceptível, porém, uma acentuada parcela de seus cidadãos dentro da metrópole também fora atingida diante das profundas transformações ocorridas, que transcendiam a esfera econômica, tendo seus impactos fortemente voltados para as estruturas sociais, políticas e culturais do Império Britânico.

Desse modo, é preciso fundamentar melhor sobre a análise das relações de poder há séculos estabelecidas e moldadas entre classes que são reveladoras desse período tão conturbado da história inglesa. É justamente no seio da Revolução Industrial que as relações sociais se intensificam tanto no cenário urbano quanto no rural. E. P. Thompson (2001) atribui uma visão interessante sobre o tema, quando aponta sob um viés revisionista do marxismo, sobre duas classes preponderantes em questão, a *gentry*⁸ e a plebe. Em relação à primeira, o historiador a considera uma classe de contínua dominação no contexto de mudanças na

⁸ Thompson (2001) considera a *gentry* uma classe herdeira e vencedora da Revolução Gloriosa, desassociada à aristocracia feudal, pois as famílias burguesas mercantis e mais tarde, industriais, se fixaram na *gentry*, enriqueceram através da obtenção de terras e buscavam o apoio popular. Sua sustentação não adveio por meio de títulos de herança tal como a aristocracia, mas por uma série de táticas econômicas, sociais e culturais e permitiram sua dominação.

Inglaterra, através de seus esforços de repressão direta ou mais efetivamente, por uma tática de alinhamento com questões insurgentes. Este último aspecto é revelador, pois a *gentry* se viu obrigada a modificar algumas das suas estratégias de poder para mantê-lo perante às pressões de motins populares, se moldando através de um discurso formalizado, amparado pelas leis. Esta formalização constitucional legitimou a dominação da *gentry*.

Como anteriormente comentado, essa classe social favorecida do contexto inglês, já estava antes mesmo do *boom* econômico da revolução industrial, dirigidas ao mercado, que crescia cada dia mais devido ao comércio ultramarino, pilar da colonização britânica. Sua estrutura há muito não estava voltada ao aspecto feudal. Dessa forma, o sustentáculo industrial capitalista da Grã-Bretanha estava não associado somente aos centros urbanos, tal como o imaginário social tende a demonstrar, mas fortemente ajustado às práticas manufatureiras agrícolas (HOBSBAWM, 1977). A história rural da Inglaterra esteve sempre atrelada à noção de propriedade fundiária e das relações sociais que nascem dela, onde os grandes proprietários sustentavam sua riqueza na forma de aluguéis (arrendamento) e cercamentos de terra, controlando a economia e por conseguinte, o povo. A estratificação social no contexto agrário era profundamente hierarquizada e aqueles que não seguiam a esteira da ideologia de melhoramento das terras eram gradualmente esfacelados (WILLIAMS, 1989).

Portanto, a *gentry* se formou, desde o século XVII, como uma burguesia agrária, extremamente atuante, suficientemente flexível para contornar situações divergentes e, sobretudo, garantir sua durabilidade. É fundamental compreender então que “A polaridade essencial da história inglesa no século XVIII é a oposição entre *gentry* e plebe e não entre *gentry* e burguesia [...]” (THOMPSON, 2001, p. 217, grifo do autor). Quanto a essa classe generalizada denominada de plebe, é importante ressaltar que a mesma, para Thompson (2011), existe como uma representação oposta ao poder da *gentry* e durante muito tempo foi considerada o núcleo subordinado componente das relações de poder. Nesse contexto setentista, entre os dois extremos situava-se a parcela da sociedade constituída pelos profissionais liberais, a nascente burguesia industrial e classes médias rurais. No entanto é inegável a participação ativa da plebe na formação de motins populares, descontentes com certas limitações de seu trabalho em relação ao preço de algumas taxações agrícolas. Dessa maneira, manifestavam suas principais insatisfações, às vezes de forma violenta, sendo que, quando em motins tolerados, muitas vezes recebiam apoio da *gentry*. Estes últimos constituíam um mecanismo de poder na qual a *gentry* usava a força das agitações populares para promover interesses próprios contra seus inimigos.

Torna-se evidente, portanto, os instrumentos perversos de dominação da *gentry* perante a grande parcela da população britânica intitulada como plebe. É nítido nisso, que as relações sociais previamente estabelecidas sofrem modificações ao longo do tempo, ou melhor, os modelos de dominação contornam suas práticas como forma de manutenção do poder. Michel Foucault (1979) defende o ponto de vista em que as relações de poder são complexas porque não significam somente um recorte de repressão, mas, sobretudo, na formulação de que sua atuação “[...] permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 8). Essa concepção de poder, como visto anteriormente, é uma maneira de legitimar a dominação por meio de um aparato legislativo na figura do homem da justiça e representação do ideal de intelectualidade que promove discursos de verdade na sociedade.

Com isso em mente, Williams (1989) afirma que a política de crescente modernização da terra no final do século XVIII em direção ao XIX, reflete uma intensa necessidade do Parlamento britânico de expropriar os pequenos agricultores sob um discurso de melhoramento rumo à uma sociedade moderna e lucrativa. A prática de cercamentos de fato culminou com impactos inegáveis referente à população rural, porém, esse discurso formalizado mascara uma ação que não fora exclusiva à época da Revolução Industrial, pois é remanescente de um sistema vigente desde os séculos XV e XVI. Isto posto, as regiões mais afetadas compreendiam um espaço “[...] que ia de Yorkshire a Dorset, atravessando os condados centrais do país e chegando, no leste, até Norfolk” (WILLIAMS, 1989, p. 138), e gradualmente esse processo atingiu outras áreas na Grã-Bretanha. Portanto, se trata de procedimentos que vigoravam há séculos e deram continuidade sob a nova roupagem de confiscos legalizados no desenvolvimento da industrialização inglesa. Por consequência, a estratificação social existente entre proprietários, arrendatários e, é claro, trabalhadores contratados, se intensificou consideravelmente.

Segundo Hobsbawm (1977), o progresso econômico assimétrico na Grã-Bretanha inevitavelmente culminou com um acelerado crescimento populacional, devido às mudanças econômicas e sociais no geral. Dessa forma, acarretou em crises de fome e profunda pobreza da maior parte da população das cidades e aldeias, abalando profundamente as relações sociais no período que teve seu auge entre a década de 1830 e princípios de 1840, em decorrência dos períodos de depressão. Nas cidades, as péssimas condições de trabalho e salários cada vez mais baixos – inclusive, parte da classe trabalhadora industrial eram indivíduos expropriados do campo – agitou o contexto urbano e provocou forte descontentamento. Os trabalhadores empobrecidos não foram os únicos atingidos pelas mudanças econômicas: “Os pequenos

comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vítimas da revolução industrial e de suas ramificações” (HOBBSAWM, 1977, p. 55). Tendo isso em vista, os afetados pelo crescente enriquecimento nas mãos de uma minoria capitalista são decisivos no cenário britânico desse período. A revolução social de fato era temida por parte dos grandes industriais, em especial aqueles da lucrativa indústria têxtil, porém, somente no momento que causassem tumulto na ordem social vigente.

Para Williams (1989), no campo, o cenário muda consideravelmente em relação ao pico do avanço da Revolução Industrial, ainda que campo e cidade carreguem estreitas ligações no processo do desenvolvimento econômico britânico. No entanto, “a história do campo no século XIX é, com frequência, vista por uma perspectiva liberal e condescendente [...]” (WILLIAMS, 1989, p. 252). Com a crescente pressão pela mecanização das indústrias, houve uma gradual diminuição da produção agrícola na economia nacional. Embora os dados sejam conclusivos em relação a esse cenário, não é de forma delimitada que se estabelece as diferenças fundamentais entre grandes proprietários e a classe dos industriais. Como dito, vida rural e vida urbana estavam intrinsecamente relacionadas, sendo essa relação histórica e originalmente a tradição econômica inglesa. Porém, é com a questão de mercado que a agricultura tende a perder sua importância outrora privilegiada no quadro da produtividade econômica, na qual cresce o número de importações de insumos alimentares a preços mais baixos e exporta-se bens manufaturados, ainda que esse quadro se deu de forma lenta, tendo seu auge somente na década de 1870. Antes disso a agricultura ainda exercia forte influência na manutenção da produtividade. Portanto, é inegável a onda de melhoramentos das máquinas, inovações tecnológicas e o desenvolvimento das malhas ferroviárias e estradas, sob o contexto da progressiva colonização britânica, que elevou a níveis astronômicos os lucros nas mãos de poucos, relegando maior atenção à vida nas cidades.

A expansão dos lucros era, de acordo com Hobsbawm (1977), fortemente investida por boa parte da classe média inglesa. Sua sagacidade advinha, mediante uma população cada vez mais miserável, da acumulação de capital, muito diferente da extravagância da aristocracia, e, por volta da década de 1840, consideravam-se suficientemente ricos para adotarem costumes e regras de etiqueta das classes mais abastadas. Esse estrato social em despontamento (embora ainda minoritário) foi o responsável pelo desfalque das velhas convenções tradicionalistas rurais que resistiam à industrialização na agricultura, mas que foram indubitavelmente derrotadas. A classe média investia nos negócios e foi vitoriosa em termos de produtividade, o que, entretanto, gerou uma parcela de camponeses desmoralizados e, sobretudo, desprovidos.

Esses camponeses – inclusive, muitos sendo estrangeiros – formavam boa parte da mão-de-obra mais barateada para os industriais, que inclusive, endureciam as relações na sua figura de patrão perante operários, como forma de garantir uma verdadeira escravização do trabalho, por meio de leis e códigos disciplinares que fortaleciam seu poder.

Como efeitos do imperialismo e colonialismo britânico desse contexto, Said (2011) afirma que o vocabulário da cultura oitocentista está repleto de conceitos e palavras que estão diretamente ligados a noções de dominação, tais como “expansão”, “autoridade” e “dependência”, para citar apenas algumas. Mediante o cenário exposto sobre as complexas redes de dominação e subordinação entre classes na metrópole, fica claro que os discursos produzidos pela cultura dominante exerceram fator primordial na manutenção e fortalecimento desta. Muito embora a razão no reforço dessas práticas esteja presente pela relação da metrópole para com as suas colônias e por conseguinte, seus povos, são particularmente reveladoras na constituição dos estratos sociais na Grã-Bretanha, isto é, representam valores de diversas naturezas que implicam a necessidade de desenvolver uma linguagem de poder formada e amparada pelas instituições.

Segundo Foucault (1996), um dos procedimentos de controle do poder se refere em determinar as condições de posse do discurso direcionadas apenas para alguns indivíduos e, de maneira geral, buscar limitar seu acesso, afinal, discurso é poder. É na compreensão disto que se formula a apropriação social do discurso, sendo que, como o autor apresenta, a educação é elemento revelador desse aspecto, pois “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 1996, p. 44). Sendo assim, é importante entender que a educação, formal ou não, constitui instrumento de exclusão no período abordado anteriormente. O sistema educacional britânico era verdadeiramente desorganizado, somente levemente melhorado no século XIX por parte de iniciativas religiosas, afinal de contas “Temores sociais desencorajavam a educação dos pobres” (HOBSBAWM, 1977, p. 46). Dessa passagem, é inegável que era de extrema necessidade as coerções exercidas pelas classes dominantes como mecanismo de sujeição das classes mais empobrecidas, substancialmente alicerçado pela cultura.

Desde meados do século XVIII, afirma Thompson (2002), existia uma classe letrada que estava exponencialmente distante de uma cultura denominada do povo⁹, isto é, a cultura popular. Nesse contexto, as relações culturais referentes à essas classes eram firmadas de modo paternalista, ou seja, qualificavam o valor estabelecido de cada um pelo sentido de realização individual e relativamente permitiam as diversões típicas do povo. Dessa forma, “A cultura de um homem, exatamente como seu prestígio social, era calculada de acordo com a hierarquia de sua classe” (THOMPSON, 2002, p. 17). Temerosa da crescente consciência do povo, os representantes dessa chamada “cultura refinada”, intensificaram sua autoridade perante as classes mais baixas, onde suas reações são fortemente ressignificadas especialmente nos períodos de agitação popular, como é o caso dos movimentos reformistas (1819-1832), que endureceram sua soberania e administravam a cultura e a educação da classe popular sob um discurso controlador. Essa sistemática permanece fortemente atrelada ao longo da Era Vitoriana, na qual, a experiência do povo era pejorativamente vista pelas classes mais abastadas por ser considerada sentimentalista e a chamada educação legítima era designada e voltada às classes médias.

Percebe-se então, que classe e cultura, reforçadas pelos instrumentos de poder são reveladoras de um processo mais amplo do Império Britânico. O povo, essa classe de difícil definição, passa a ser identificada na cultura literária nos idos do século XIX, causando verdadeira revolução nos padrões antes reconhecidos. É principalmente com os romancistas que se propõe um olhar perante às pessoas de maneira cognoscível e comunicável (WILLIAMS, 1989). De forma ambígua, para Williams (2014), ainda que representados na ficção, as relações de classe foram escritas, ao menos nos romances industriais ingleses a partir da década de 1840, por pessoas externas e não participantes da classe popular em questão. Desse modo, a cultura literária era infimamente pertencente de fato às classes mais empobrecidas.

É justamente nessa época, que a ficção admite a retratação das relações e conflitos de classe, tendo como foco o recurso da herança como resolução de problemas socioeconômicos na narrativa literária, assim como o apelo ao Império como via de fazer fortuna (WILLIAMS, 2014). Esse é um quadro extremamente notável da cultura da época no auge imperialista britânico, que, como visto, é um reflexo mais amplo das relações de poder inseridas na metrópole. Cultura é, portanto, instrumento de afirmação direta de uma ideologia, no caso, a

⁹ Embora tratada aqui de certa forma generalizada, é preciso ter em mente que “povo” é uma composição social bastante variada, diferenciadas pelas estratificações econômicas, culturas profissionais, sexo e raça. Sua concepção deve levar em conta o contexto ao qual pertence (SHARPE, 1992).

imperialista, e, se é reveladora do caráter assumido entre os próprios ingleses, certamente propiciará uma visão mais tensionada e consolidada entre o indivíduo britânico em relação ao *outro*, isto é, ao estrangeiro colonizado.

3.2 O discurso racial à época do colonialismo britânico

Torna-se incontestável a enorme influência que o Império Britânico exerceu no mais amplo sentido de dominação histórica. Histórica porque mesmo na contemporaneidade suas principais bases teóricas ainda permanecem de forma incômoda para aqueles aos quais foram negados sua memória e trajetória. E qual percepção seria essa? Entre permanências e discontinuidades, a noção imperialista colonizadora fora a responsável por uma verdadeira mudança de paradigmas ambicionadas pela dominação não só de corpos, mas de mentes. E enquanto durar seus impactos na vida de muitos, é necessário pensar no seu poder de delinear e ressignificar a concepção social e cultural que instituiu na história.

De acordo com Said (2011), em um mundo onde praticamente a maior parte dos territórios não se encontravam mais vazios ou inabitados, as grandes potências europeias, como Grã-Bretanha e França, na época do imperialismo clássico e sob forte interesse econômico, travavam uma verdadeira batalha na busca de se legitimarem como a maior e mais influente metrópole. E de fato foram triunfantes, pois ao longo do século XIX, considerado o apogeu do Ocidente, houve um massivo crescimento da acumulação territorial por parte das potências europeias por meio da aquisição de colônias, protetorados ou tipos de domínios diversos. De forma geral, para o autor

[...] na própria Europa, no final do século XIX, não havia praticamente nenhum aspecto da vida que não fosse tocado pelos fatos do império; as economias tinham afeição por mercados ultramarinos, matérias-primas, mão de obra barata e terras imensamente rentáveis, e os sistemas de defesa e política exterior empenhavam-se cada vez mais na manutenção de vastas extensões de territórios distantes e grandes contingentes de povos subjugados (SAID, 2011, p. 38).

A motivação econômica é perceptível, pois foi justamente nesse período do imperialismo clássico, que foram lançadas as bases de dominação capital pelas metrópoles. No caso da Grã-Bretanha, segundo Passetti (2016), essa fase da história é denominada de *Pax Britannica*, que compreende os anos entre a derrocada de Napoleão e a Primeira Guerra Mundial. No entanto, diferente do que o termo transparece, o império britânico não mediu esforços em estabelecer seu poderio através da força e pela tomada de medidas agressivas. Em

algumas interpretações historiográficas, o sucesso da Grã-Bretanha na expansão das suas conquistas territoriais se deveu pelo país usufruir de sucessórias vantagens. Em outras análises, defende-se que houve de fato um plano de cunho imperial pré-estabelecido, tal como a permanência e fortalecimento da sua tradição naval, onde a Marinha Real inglesa há séculos dispunha de sua rica estrutura em funcionamento, constituindo facilidades na anexação de locais estratégicos como oportunidade de se apoderar de territórios cobiçados, como China, Índia, ilhas do Pacífico e África.

Por conceito, essa prática de expansão sob interesses econômicos, denominou-se de “colonialismo” e “imperialismo”. Para alguns estudiosos, o imperialismo configura como um estágio particular do desenvolvimento do capitalismo. Nessa acepção, a Grã-Bretanha, no seu estágio de desenfreada produção industrial, assim como pela abundância de capital, buscavam domínios onde pudessem adquirir uma abundância de insumos, possíveis consumidores e, é claro, mão-de-obra farta e acessível (DIAS, 2008). Segundo Said (2011), o imperialismo é uma prática expansionista, onde uma metrópole governa à distância seus domínios políticos. Quanto ao colonialismo, se refere na maioria das vezes a uma consequência do imperialismo, onde se visa estabelecer colônias em territórios distantes. Porém, ambos não se fixaram na política britânica de forma simples e banal. O seu sucesso na empreitada imperialista está envolta de debates acerca do seu poder não somente na esfera econômica, mas na realização de discursos ideológicos que afirmam a necessidade de se colonizar, de dominar povos “inferiores”, “subordinados” e de “raças servis”.

A partir da década de 1830, de acordo com Passetti (2016), houve uma verdadeira tomada de construção do Império Britânico sob novos paradigmas. Estes muito ligados à experiência da Revolução Industrial, do livre-comércio e ressignificações por parte de alguns grupos, como é o caso da releitura do *humanitarianism*¹⁰. A política imperialista britânica então aliou seus interesses econômicos a um discurso que justificava essas ações de natureza violenta, sob o apelo moral da metrópole, configurando-se como uma verdadeira missão civilizadora. Não é à toa que justamente em meados do século XIX, o Império avolumou seus domínios territoriais, em especial se concentrando em uma vasta área denominada de Índia, uma das suas maiores e mais notáveis colônias.

¹⁰ O *humanitarianism* foi a bandeira política de alguns setores da sociedade britânica que defendiam o fim da escravidão sob notáveis interesses econômicos. Através de acalorados impasses com o Parlamento inglês, conseguiu obter aos poucos o fim desse sistema político vigente. Começando com a abolição do tráfico negreiro em 1807 e da escravidão em si somente em 1834 (PASSETTI, 2016).

É nessa rede de contato entre metrópole e colônias que se constroem diversos temas a respeito da relação com o “outro” colonizado. Primeiramente, é preciso estar a par das tensas relações entre colonizador e colonizado, que envolvem princípios de dominação e atos repressivos no amparo ideológico de falsa civilização. E essa rede complexa está diretamente ligada à imagem do colonizado que o colonizador faz e perpetua de diversas maneiras. Segundo Albert Memmi (1977), no que chama de retrato mítico, uma das primeiras premissas que justificou a dominação colonial se refere ao “traço da preguiça” que imputaram aos nativos das colônias. Essa via desmoralizadora estava fortemente associada ao racismo, ou seja, na construção de traços na essência de um grupo de indivíduos, de forma estereotipada e sem dúvidas, generalizada. Pois se colonizador é o sujeito ativo e desbravador, é necessário fixar uma imagem àqueles aos quais desejam subordinar. A matriz econômica de desempenho meritocrático das metrópoles impôs uma legitimação baseada no trabalho exaustivo, que, de forma irônica, se voltava somente ao colonizado e não ao seu “superior”.

Ainda segundo Memmi (1977), outro traço fortemente associado ao sujeito explorado dentro ou fora das colônias – pois, a condição de colonizado sempre o é na visão do colonizador, independentemente de onde esteja – se refere a sua desumanização, na exclusão e negação constante do seu ser nas diversas esferas sociais, bem como na desvalorização de sua personalidade individual, sendo ele ou ela sempre uma existência plural ao grupo que faz parte, o qual geralmente este grupo diz respeito à sua raça ou etnia. Toda essa conjuntura que de certo modo naturalizou na sociedade o padrão de aceitação do colonizado perante esse cruel sistema político e ideológico, não advém como a causa da sua subordinação, mas como efeito, isto é, uma consequência de séculos de dominação de seus corpos e mentes.

A reflexão que Foucault (1996) faz a respeito da legitimação de discursos verdadeiros ou falsos é elementar na constituição de uma necessidade de verdade para os sujeitos que dominam. Dessa forma, apoiados sob um suporte institucional, fomentam um discurso de pressão e coerção paralelo aos interesses que buscam atribuir nas experiências de vida do sujeito dito dominado. E um dos elementos mais consubstanciais do discurso colonialista é o racismo. Para Memmi (1977), a atitude racista dos colonizadores evidencia as questões anteriormente abordadas, ou seja, sinaliza diferenças entre o colonizador e o colonizado e atribui valores nessas diferenças que as tornam absolutas. No intuito de examinar melhor essas atribuições, deve-se compreender a noção de raça para os europeus no íterim da política imperialista, bem como os preconceitos raciais lançados nesse período.

De modo geral, segundo Ellis Cashmore (2000), raça é a denominação de “Um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum” (CASHMORE, 2000, p. 447), mas decerto, desde o século XIX, passou-se a atribuir o sentido de raça em diversos outros aspectos. Na crescente expansão imperialista das potências europeias, é notável o contato cada vez maior do europeu com diversidades de povos e ambientes. Dessa forma, foi estipulado por um anatomista francês, chamado George Cuvier, que raça era um “tipo”, em que se designava diferenças através da constituição física e de capacidade mental. No contexto inglês, pelo vocabulário científico, raça passou a ser usado como construção social. Os significados que se faz das identidades de grupos diversos, no tocante de raça, são decodificados pelos parâmetros dos discursos. Sendo assim, como o conceito de raça é praticamente indeterminado e amplo, abre-se um leque de possibilidades de disseminar interpretações diversas. Determinado como paradigma cultural e biológico, o discurso fomenta distâncias de ordem física e moral entre povos soberanos e subordinados, em um processo que o autor chama de “racialização”. No século XIX, o termo “raça” era comumente associado a uma nação ou grupo étnico e, portanto, é preciso direcionar as razões referentes à raça de acordo com a época e lugar aos quais estão inseridos.

A análise de Peter J. Kitson (2007) reforça que o conceito de raça, em princípios do século XIX, estava associado fundamentalmente às premissas do racismo através de discursos científicos e literários. Quanto ao primeiro tipo, foram reforçados por uma série de cientistas de pensamento eurocêntrico da época, com a noção do povo europeu (branco) como “raça superior”. A ideia de raça se formulou, então, na acepção de características físicas como determinantes das intelectuais, morais e comportamentais, assegurados por estudos pseudocientíficos no objetivo de embasar sua suposta elevação social e intelectual. Christoph Meiners usava, assim como outros naturalistas, o discurso de teoria racial como justificativa para a escravidão e do comércio de sujeitos escravizados. Embora Johann Blumenbach tenha definido a ideia de raça como atrelada aos elementos fenotípicos, como cor da pele, textura do cabelo e formato do crânio não como determinantes morais ou intelectuais, invariavelmente defendia o elemento estético preferencial aos brancos (ou “caucasianos”, como denominou), isto é, os considerava “a raça mais bonita”. Sem dúvidas, essa primazia estética estava intimamente ligada aos preceitos eurocêntricos e fora tão agressivo quanto outros discursos hegemônicos contra povos racializados. Os estudos de origem alemã influenciaram grandemente outros países, como é o caso dos de James Cowles Prichard na Grã-Bretanha e Samuel Stanhope Smith nos Estados Unidos, que acreditavam que a cor de pele escura era um

sinal de selvageria, assim como um efeito do clima. O teor da escrita oitocentista muitas vezes foi apurado pelos estudos desses cientistas interessados na concepção de raça, em uma maneira de legitimar a colonização agressiva dos impérios, levar civilização aos chamados povos primitivos e ressignificar seu domínio.

Portanto, uma das formas de disseminação de discursos com teor racial – encabeçados na naturalização de raças “inferiores” – está fortemente vinculada à cultura da época. Dessa questão, de acordo com Said (2011), é importante ressaltar que não se nega o forte apelo às forças militares das nações europeias, nem da violência bélica a que estavam dispostas a utilizar. Porém, devido às desvantagens quantitativas de população e de condições geográficas das colônias, torna-se imprescindível para as metrópoles uma forma de dominação de ordem ideológica. Assim como não exclui a capacidade das decisões políticas e econômicas dos governos imperialistas, porém, se basear somente nesses aspectos enfraquece uma compreensão maior desse período, afinal, os alicerces de uma forte ideologia permeiam toda a sociedade. A cultura é, então, um instrumento que alimenta e dissemina esses dispositivos de poder para os impérios em relação aos povos que subordinam. É representativo das inúmeras concepções dos europeus, dentro ou fora das metrópoles, a respeito do estrangeiro e da complexidade que se formula entre imperialismo e cultura.

Nas representações culturais do império, geralmente se oferece a imagem do colonizado segundo estereótipos raciais, do sujeito de pele escura e estuprador que desflora a mulher branca, que simboliza por sua vez uma metáfora da cultura europeia. Como os colonizadores consideram o nativo selvagem e primitivo, lhe ensinam a língua da metrópole como forma de abnegar suas origens, forçam o esquecimento do colonizado com sua história (DIAS, 2008). Essa questão da língua escrita e falada é crucial nesse aspecto, porque “Toda a burocracia, toda a magistratura, toda a tecnicidade não entende e não utiliza senão a língua do colonizador” (MEMMI, 1977, p. 97). Dessa forma, retira a memória de identificação de grupos marginalizados em relação a seu próprio espaço. Essas diversas experiências atribuem à cultura uma imagem *outremizada* do sujeito colonizado, mas não anula as aproximações entre culturas a respeito da adoção de práticas do estrangeiro. A ideologia imperialista (colonizadora) toma para si elementos da cultura que domina e ao mesmo tempo, limita as ações do colonizado, ou seja, configura verdadeiras histórias entrecruzadas e entrepostas, mas excludentes.

Na concepção de Said (2011), o ponto de vista do poder cultural das nações europeias no campo das representações caminhava ao lado do enorme poder de expansão e riquezas das maiores potências, a Grã-Bretanha sendo o maior modelo político imperialista.

Portanto, a Inglaterra, rainha dos mares, *deveria* submeter outros povos por conta das suas indiscutíveis primazias econômica e cultural. Um exemplo dos seus esforços de autoridade está no sistema pedagógico que vigorou na Índia, onde os alunos aprendiam não somente literatura inglesa, mas também sobre a superioridade da raça inglesa. É na criatividade dos trâmites do poder, tal como eleger Foucault, que o domínio britânico muitas vezes faz prevalecer perante suas colônias. E esse tem seu exemplo mais significativo pela cultura dominante com seu imaginário preconceituoso, que guarda resquícios até os dias atuais.

No entanto, a visão do colonizado que aceita o jugo imperial também deve ser repensado. Para Memmi (1977), houve duas “alternativas”, quando o indivíduo colonizado tenta assimilar ao outro (colonizador) ou busca reconquistar a própria história, que perdeu com os processos de colonização. Na primeira, quando o sujeito deseja estar a par da cultura do seu dominador, é fortemente menosprezado e se torna alvo de zombaria, assim como se vê frente a um aparato institucional que nega sua participação efetiva no seio da sociedade colonial. Esta só é possível quando há a supressão das relações coloniais. Na segunda alternativa, a de posicionamento negacionista ao sistema vigente, esta se dá pela revolta aos pressupostos aos quais se está atribuído, o que, para o autor, tal como a assimilação, é ilusória, pois se torna nociva e promove uma falsa sensação de pertencimento

Embora esteja à mercê de impossibilidades, é na busca de compreensão de si mesmo – muitas vezes gerada pelo radicalismo da oposição ao colonialismo – que é possível colocar-se enquanto sujeito ativo e determinar paradigmas que acarretarão o fim das políticas imperiais, mas somente quando há verdadeiras revoluções, pois é preciso que desapareça por completo as imposições coloniais e esta não é tarefa fácil e muito menos acabada. Como visto, elas se permeiam na sociedade, impõem seus padrões de vida e, pela cultura, alicerçam verdadeiros discursos de poder nas relações sociais, onde sempre há o dominador e o subordinado. A figura que se faz desses grupos marginalizados é fundamental na compreensão das complexas redes de relacionamentos do Império Britânico e diz muito sobre a história do mesmo.

3.3 A condição feminina na sociedade inglesa oitocentista

Se o Império Britânico é consubstancial das relações de poder, no que diz respeito à classe e à raça, este não seria diferente quando se trata de gênero. Afinal, não há como

visualizar as experiências vivenciadas por homens e mulheres, bem como as relações que se tem um com o outro de forma homogênea. Sendo assim, o representante de maior força e autoridade nesse período da história britânica é o colonizador, o industrial, o patriarca, o proprietário de terras, isto é, o homem. Entender as nuances desse aspecto é revelador do espírito nacionalista imperial da Grã-Bretanha. Não se intenciona, aliás, descartar as intencionalidades particulares das relações sociais existentes, cada uma exerce pesos históricos significativos na experiência de qualquer indivíduo no espaço e no tempo. Portanto, uma mulher de classe alta, de fato, possui privilégios que um homem marginalizado não detém, assim como um homem de classe mais empobrecida goza de um certo nível de instrução e liberdade comparado às mulheres do seu mesmo pertencimento social e também em relação àquelas mais abastadas, onde provavelmente o mesmo lhe será negado. Fica claro o quão complexas são as variantes sociais ao longo da história e, dessa forma, é preciso também analisar as noções que fizeram da mulher, indubitavelmente, o sexo subordinado e inferiorizado.

De acordo com Dias (2008), há uma analogia que expressa bem a noção da mulher no imaginário masculino à época imperialista e esta diz respeito à metáfora que se faz entre patriarcalismo/feminismo e metrópole/colônia, onde, portanto, a mulher é “apta” a ser colonizada tal como uma colônia. Essa reflexão também exprime o lugar mais marginalizado ainda da mulher da colônia, uma vez que ela é explorada tanto pelas práticas imperiais colonialistas quanto pelo patriarcado. A mulher é vista, além disso, como uma posse a ser tomada e sexualizada pelo amante/colonizador e é necessário que se mostre passiva diante das ações masculinas. É nítido que esse papel atribuído às mulheres não é algo exclusivo dos impérios europeus no século XIX. Essa configuração social reflete praticamente as origens das civilizações como um todo e demanda análises mais amplas do seu estabelecimento histórico.

Simone de Beauvoir (2009) em *O segundo sexo*, analisa diversas questões que permeiam a história da mulher e, é claro, da condição de sua subordinação que praticamente nasce atrelada à construção social do gênero feminino. É exposto então que quando duas categorias humanas se veem frente uma da outra, cada uma procura exercer sua soberania perante esse *outro*. Essa passagem é reveladora das premissas de relações de poder e é a partir disso que se indaga, por que os homens desejam e de fato conseguiram dominar as mulheres? Segundo Beauvoir, assim como para John Stuart Mill (2006), a resposta advém da questão do privilégio da força física. Sendo assim, esse paradigma:

Surgiu apenas do fato de que desde o alvorecer da sociedade humana, cada mulher (devido ao valor a ela atribuído pelos homens, juntamente com sua inferioridade em força muscular) se encontrava em estado de submissão a algum homem. As leis e os

sistemas sociais sempre começam por reconhecer as relações já existentes entre os indivíduos. Convertem o que era um simples fato físico em um direito legal, dão-lhe a sanção da sociedade, e principalmente visam à substituição dos conflitos de força física, que não conhecem regra ou lei, por meios públicos e organizados de afirmar e proteger esses direitos (MILL, 2006, p. 184).

A visão de Mill reforça o caráter biológico da dominação através da força física que privilegiou o homem a exercer tarefas tidas como as mais importantes no seio das comunidades humanas desde o princípio. Porém, não é tão simples assim, pois essa noção reforça não somente o privilégio do homem pela força, mas também a necessidade que se teve de desenvolver valores no que concerne as ações progressivas-evolutivas das sociedades. Para Beauvoir (2009), é o homem que instaura a oposição de valores entre os sexos, domina a natureza e a mulher, é ele quem abre as possibilidades para o futuro, é quem progride e se arrisca. Em suma, é a lei da força que vigora e se traduz ao longo do tempo, estando circunscrita pela legitimação do poder e da capacidade produtiva tida como exclusivamente masculina.

De acordo com Pierre Bourdieu (2012), a questão da força/poder está intimamente ligada aos corpos biológicos do homem e da mulher e, no anseio de lançar cada vez mais o domínio do primeiro ao segundo, era necessário de antemão instituir a diferença entre o corpo feminino e masculino como forma de engendrar a hierarquização das duas “essências” sociais. Sendo assim, através de rituais simbólicos ao longo da história, buscou-se associar o crescimento e maturação sexual da criança rumo a imagem do homem viril ou da mulher *feminina*. O poder simbólico carrega, tal como o autor denomina, essa força invisível que se mantém na sociedade e cumpre sua permanência porque aqueles que a exercem ou estão sujeitos e não a percebem ou não querem perceber. Desse modo, é fundamental que o exercício do poder também conduza o simbolismo das práticas em todas as esferas sociais.

Esse pertencimento dual é um exemplo primordial a respeito da configuração do *outro* enquanto mulher, pois equivale dizer que não há reciprocidade entre os sexos. A mulher encarnada como elementos simbólicos da Deusa, Mãe e Terra, não revela espelhamento para o homem e este a trata como uma figura representativa para além do plano terrestre. Dessa forma, a sociedade é essencialmente masculina e o poder político sempre foi relegado aos homens, pois a mulher é apenas mediadora e não detentora do direito (BEAUVOIR, 2009). Essas incorporações de cunho feminino ideal representam uma ideologia romântica de atrativo sexual que se alimenta na mente das mulheres com o desenvolvimento das civilizações, afinal, a manutenção dos procedimentos de poder também deve ser atrativa e sobretudo, cotidiana. É insustentável que as mulheres se subjugassem por tanto tempo através da repressão e, de fato, em todas as épocas tem-se o conhecimento de que houve protestos contra abusos por parte das

mulheres. Mas é na construção da mulher dócil, submissa e ligada emocionalmente aos seus familiares masculinos, em especial, aos maridos, que se ressignifica o controle de suas mentes e por consequência, seus corpos (MILL, 2006).

A maneira que as mulheres se submetem às vontades dos homens em sua maioria se configura não apenas através da coerção física, essa violência simbólica está intimamente ligada por interações com uma sociedade repleta de estruturas de dominação. E se mostra tão imbricada que até mesmo quando algumas liberdades formais das mulheres são conquistadas – como direito ao voto, à educação, à profissão, entre outros – permanece a discriminação dos espaços sociais deliberadamente voltados ao público masculino, alimentando uma sensação de não pertencimento e desconforto das mulheres perante esses locais atribuídos, por consequência de anos de exclusão. Dessa forma, os tramites de poder são reproduzidos incansavelmente porque há a colaboração inconsciente do subordinado, uma vez que o mesmo está inscrito nas práticas que se tornam sensíveis sob uma série de sentimentos inerentes às vivências humanas, como a admiração, o respeito e o amor (BOURDIEU, 2012).

Ao longo da história europeia, a mulher enfrenta dicotomias referente à sua posição social. Perde sua importância na manutenção das comunidades, porque economicamente torna-se mais rentável deter escravos/servos. Sua capacidade reprodutiva também é pouco valorizada pela visão masculina, ou melhor, só o é quando responsável pela manutenção da vida familiar, apenas quando, porém, voltada à esfera doméstica. Além disso, a procriação relega à mulher uma certa estagnação diante de um processo que a enfraquece e debilita sua saúde durante um bom tempo de suas vidas. De modo geral, sem estender-se pelos mínimos detalhes, a história da mulher sempre esteve em voga da sua submissão, porque “Todos os códigos europeus foram redigidos de acordo com o direito canônico, o direito romano e o direito germânico, todos desfavoráveis à mulher; todos os países conhecem a propriedade privada e a família e submetem-se às exigências dessas instituições” (BEAUVOIR, 2009, p. 131). É nessa lógica do casamento e das relações de parentesco que se reforça o estatuto social da mulher enquanto objeto de troca, na forma de manutenção da reprodução capital simbólica dos homens – novamente a analogia mulher/terra – e, portanto, o esforço masculino está em salvaguardar essa estrutura socioeconômica (BOURDIEU, 2012).

Ordem social passa a ser sinônimo de virtude e honra, características ideais da mulher do lar. Segundo Monteiro (1998), a Inglaterra do século XIX exigia um verdadeiro “anjo do lar” e, um pouco mais a frente, com o apoio direto da rainha Vitória, a figura feminina era valorizada quando suas paixões se referiam aos princípios do lar, filhos e deveres domésticos,

uma vez que as impulsões sexuais eram tidas como essencialmente masculinas. O direito às instruções era um privilégio das mulheres de classes enriquecidas, tais como “[...] falar francês (e, se possível, italiano), tocar piano, dançar e mostrar proficiência no trabalho com a agulha” (MONTEIRO, 1998, p. 62). Quando não queriam ou usufruíam de tempo para educar seus filhos – principalmente as oriundas das classes médias altas – contratava-se a tão conhecida preceptora ou governanta, que exigia da mesma um *status* de uma verdadeira *lady*. Geralmente eram filhas de párocos ou alguém da própria família.

Inclusive, esse tipo de instrução que deveria ser moral e disciplinar foi uma conquista das mulheres como chance de remuneração e possível educação que antes dificilmente receberiam. É um século antes, de acordo com Beauvoir (2009), que no terreno intelectual a mulher se distingue de suas antecessoras, na medida em que torna mais acessível os padrões da cultura para àquelas que podiam arcá-las. No entanto, esta realidade conta com uma parcela minoritária em comparação ao acesso do homem nas suas liberdades individuais. A burguesia, classe em ascensão, também assegura o lugar da mulher na esfera doméstica, e, portanto, são processos extremamente complexos e, sobretudo, lentos. As ideologias renascentes do Iluminismo, que reconhecia a liberdade de expressão não se aplicam a mulher na maioria dos casos. A parcela feminina das classes trabalhadoras conhece mais independência enquanto sexo, mas inevitavelmente sofrem limitações por conta da sua condição econômica. Também é ingênuo crer que essas mulheres não padeciam das imposições masculinas nas esferas domésticas, afinal, todas as camadas sociais são de natureza androcêntrica.

Portanto, para Monteiro (1998), ainda que as governantas ou escritoras, assim como qualquer mulher que recebia um certo nível de instrução, representantes de um papel ambíguo na sociedade, pois combina as características tanto nobres (educação) quanto operárias (independência), essas últimas, muitas vezes, o associaram a um padrão de solteirice e é preciso ressalvar alguns pontos importantes. Primeiro, essas mulheres recebiam salários quase tão baixos quanto aquelas trabalhadoras destinadas as fábricas (o trabalho feminino foi muito tardiamente regulamentado), então afirmar um nível de independência não resolve a questão da mulher na sociedade. Os sistemas vigentes das relações de poder que as tornaram submissas aos homens não se anulam somente com essa prerrogativa já que, como dito anteriormente, a mulher que não correspondia aos padrões exigidos de *feminilidade*, era vista com maus olhos. A situação da preceptora foi algo atribuído às transformações sociais das exigências burguesas, mas de modo geral, assim como em toda a história, o padrão de solteirona das governantas era quase que arraigado pelo temor da ordem social moral que as relacionavam com as prostitutas.

Esse estigma da mulher é nítido, pois a concatenam, inclusive no discurso literário, com a louca, a prostituta e a mendiga, os níveis mais inaceitáveis do papel feminino na sociedade vitoriana.

Dessa forma, na medida em que pode acarretar uma certa independência e conquista da mulher (que de certo modo o foram de fato), nos discursos da época, cresce também o temor por essa independência desejada. É nesse contexto que o atrativo sexual feminino também se faz presente, pois as mulheres em geral, não desejosas do estigma de solteirona, buscavam agradar os homens para assim promoverem seus casamentos e se tornarem donas do lar tal como a sociedade oitocentista inglesa tanto priorizava. Para Showalter (1994), essa “esfera feminina” que adornava os chamados papéis separados de gênero, mantendo a mulher subordinada, provocou verdadeira segregação e, tendo em vista disso, o isolamento proposital das mulheres retardou suas experiências no âmbito social.

As redes de articulação da dominação feminina, logicamente, são expressivas e representativas na cultura da época. Mesmo que respaldadas por padrões culturais masculinos, as experiências de gênero advindas da mulher, em muito se diferenciam da visão do homem. Essa questão explorada pela crítica feminista é reveladora da imagem construída sobre a mulher enquanto o *outro*. Esse traço que é consubstancial da cultura em si, revela paradigmas das vivências femininas pautadas pela solidão, opressão e repressão. Os vitorianos esperavam, por exemplo, que os romances escritos por mulheres refletissem os valores femininos (SHOWALTER, 1977). Quando não o eram, eram duramente criticados, uma vez que “O ideal feminino está longe de ser o ideal da mulher” (MONTEIRO, 1998, p. 67). Sendo assim, não é a mulher que reforça o desejo de padrão *feminino*, é o homem que o postula enquanto tal. Não se nega que por boa parte da história da cultura feminina, as mesmas refletiam esse ideal, mas essa não é a causa da conjuntura do discurso moral da mulher, mas uma consequência dela, provocada pelos anseios masculinos. E essa cultura formada pela pena masculina, coisifica a mulher, a torna objeto passível de seus próprios desejos, de caráter sexual ou não, ainda que de forma “inconsciente”, pois é naturalizado na sociedade pelos diversos meandros institucionais. Provocar rupturas não é tarefa fácil e sem dúvidas não o foi desejado pela grande maioria dos homens na história. Esse anseio primordial é único e exclusivamente feminino.

As condições das mulheres melhoraram no período oitocentista, segundo Bourdieu (2012), a razão se deu por conta de a dominação masculina ter se tornado algo discutível. A ideologia dos movimentos reformistas em busca de igualdade, o acesso das mulheres à educação e a presença feminina na vida profissional atestam certas mudanças em níveis comparativos com os séculos de subordinação das mulheres. Mas essa luta ainda se encontra

inacabada, justamente porque os instrumentos de poder hierarquizam os sexos e tendem a valorizar os homens como sempre foi. Os discursos implementados de ordem androcêntrica estão há muito na história. São séculos de imposição masculina para tão pouco de desconstrução de viés feminino.

4 ANÁLISE DE *O MORRO DOS VENTOS UIVANTES*: entre discursos históricos e literários

O capítulo em questão aborda *O morro dos ventos uivantes* (1847), de Emily Brontë, na sua faceta entremeada pelos discursos históricos do período. Mais especificamente, no que se refere ao momento de grande ascensão do Império Britânico e às noções de classe, raça e gênero desde fins do século XVIII até meados do XIX. Portanto, no primeiro tópico, se faz necessário compreender o contexto de vida da escritora inglesa e nos tramites que a levaram publicar o seu único romance, assim como um resumo geral da narrativa para fins de entendimento das suas percepções únicas. O segundo tópico explora a perspectiva dos discursos históricos da época na interpretação narrativa que está envolta de representações e simbolismos na configuração das relações de poder complexas da sociedade britânica. O norte do terceiro tópico é o de verificar a recepção crítica da obra, com o intuito de perceber as noções próprias do período em relação à escrita e à história que a entrelaça.

4.1 Emily Brontë: breve resumo de vida e obra

Escrever profissionalmente nos idos dos anos vitorianos não era tarefa fácil, o escritor se via frente a uma verdadeira competição de um mercado em expansão e legitimar sua prosa no cenário literário britânico perante a crítica e o público era só um dos obstáculos impostos. Para uma escritora, essa conjuntura se torna ainda mais limitada. Três escritoras em uma mesma família, é estar praticamente diante de um acontecimento raríssimo. Contudo, essa é a verdade da família Brontë, que, entre particularidades e influências, se tornou palco da escrita dos romances e poesias das irmãs Charlotte, Emily e Anne. A notável história da família inglesa advém de uma série de fatores excepcionais e da luta pela autoria que relegou obras de caráter ímpar para a literatura ocidental, auxiliando no entendimento da escrita de mulheres tidas como isoladas e reclusas. No epicentro dessa narrativa, Emily Brontë, considerada a mais tímida das irmãs, escreve uma obra que, sem dúvidas lança discussões acerca do seu conteúdo extraordinário e agressivo, sendo este seu único romance publicado, *O morro dos ventos uivantes*. É preciso, então, conjecturar a respeito dessa grande produção literária.

Filha de Patrick Brontë e Maria Branwell, Emily Jane Brontë (1818-48) possuía origens irlandesas por parte do pai. Vindo de uma família de camponeses pobres da Irlanda, Patrick conseguiu, ainda assim, ingressar na St. John's College, em Cambridge, onde adotou costumes literários cultos e, inclusive, se tornou autor de poemas de naturezas filosófica e religiosa. Ordenou-se padre e posteriormente vigário em um condado de Yorkshire. Quanto à mãe, Maria, esta era tida como uma mulher muito inteligente de origens mais afortunadas que o marido, que, porém, quando seus pais vieram a falecer, enfrentou problemas financeiros. Nesse meio tempo, conhece Patrick e, ambos de tradição religiosa metodista, e se casam em 1812. Ao todo, Emily teve cinco irmãos: Maria e Elizabeth – que faleceram ainda crianças – Charlotte (1816-55), Patrick Branwell (1817-48) e Anne (1820-48). Importante ressaltar que todas as irmãs eram romancistas e poetisas e ele, pintor e escritor. A família se muda para a vila de Haworth, Yorkshire, lugar onde o pai conquista o título de cura perpétuo (cargo eclesiástico) da igreja St. Michael and All Angels. Quando Emily tinha apenas três anos, a família tem a trágica notícia da perda da mãe, devido a um câncer (LACERDA, 2016).

A partir daí, Emily, junto aos seus irmãos, passa a ser cuidada por uma tia, Elizabeth Branwell. É nesse período que as três irmãs mais velhas estudam em um colégio interno, onde sofrem abusos e privações. Emily se junta a elas e pouco tempo depois, quando um surto de febre tifoide culminou com a volta das garotas para casa, no que, porém, infelizmente, Maria e Elizabeth contraem a doença e morrem rapidamente, resultando em outra grande perda para a família. Tanto o pai quanto a tia possuíam costumes mais reservados e as crianças, como forma de se divertirem nas horas vagas, liam obras de expoentes da literatura romântica inglesa, como Walter Scott, Lord Byron e Percy B. Shelley (LACERDA, 2016). Admirados pela escrita e tendo como influência seus pais, que, decerto, possuíam costumes literários, as crianças Brontë começam a produzir narrativas fantasiosas no formato de livros em miniatura, divididos em dois grupos: o do reino imaginário de Gondal, escrito pelas irmãs mais novas, Emily e Anne e o outro, sobre terras imaginárias de Angria, autoria dos mais velhos, Charlotte e Patrick. Todos os irmãos discutiam acerca das histórias ficcionais de fascinante elaboração infantil e, dessa forma, surgiu um verdadeiro apreço pela escrita, tanto que serviu de inspiração para muitos personagens das narrativas posteriores das irmãs (GILBERT e GUBAR, 2007).

Segundo Dias (2011), as jovens irmãs Brontë – Charlotte possuindo certa experiência como professora – desejavam abrir uma escola própria para moças. No entanto, houve diversos obstáculos práticos: as dificuldades financeiras da família de arcar com a educação de todos os filhos ao mesmo tempo e pela necessidade de ajuda doméstica das irmãs

em casa. Dessa forma, com muito esforço, no intuito de se qualificarem, e, com a ajuda financeira da tia, Charlotte e Emily viajam para Bruxelas em 1842. Nesse período de suas vidas, permanecem durante alguns meses no Pensionato Heger¹¹, e foi esse lugar, pouco estudado pelos especialistas, que moldou muito dos elementos da prosa das irmãs de modo particular, uma vez que cada uma opinava de forma diferente sobre os métodos de ensino. Sem dúvidas, o pensionato foi o primeiro contato com uma educação de alta qualidade que Charlotte e Emily tiveram, pois suas experiências educacionais passadas eram bastante precárias. No entanto, esse quadro educacional para jovens inglesas na primeira metade do século XIX não impediu a notável gama de informações à qual as irmãs tinham acesso, por conta da biblioteca do pai, assim como pelo contato com revistas importantes da época – como a *Blackwood's Magazine* – e com jornais semanais, onde observavam os desdobramentos dos assuntos mais pertinentes do período, como a política e ações do Império Britânico e da Revolução Industrial.

Rodrigo Lacerda (2016), quando descreve sobre esse momento da história das irmãs, afirma que Constantin Heger, ao escrever sobre Emily, produziu um dos poucos relatos sobre a escritora que sobreviveu com o tempo. Inclusive, o professor se mostra bastante impressionado com os ensaios daquela aluna em particular, no que descreve a inteligência de Emily como poderosa, de vontade férrea e de lógica argumentativa pouco usual a uma mulher. Esta é, claramente, uma conjuntura comum e preconceituosa da época sobre a capacidade intelectual feminina. No pensionato, as irmãs também exerceram atividades docentes, como forma de pagamento da estadia, mas a volta para casa se tornou urgente após a morte da tia Elizabeth. Quando retornam, entre 1843 e 1844, tentam realizar o sonho de abrir a própria escola, mas fracassam, pois era muito difícil atrair alunos em uma área tão remota quanto a que viviam.

Segundo Edward Chitham (2001), em Haworth novamente, Emily se dedica a sua escrita, que se desenvolve no seio do lar, pois a jovem preferia escrever de forma reclusa, talvez no seu próprio quarto. Mas é certo que as irmãs mantinham um hábito de dialogarem a respeito da escrita de cada uma, através de “notas comparadas” após às nove horas da noite, quando os criados e o pai se retiravam para dormir. Essa é uma importante conjectura, pois ainda que cada Brontë possuísse um gênio criativo único, através dessa prática, reforçavam a teoria de que as irmãs desenvolveram um estilo um tanto próprio de escrita em relação a tradição literária

¹¹ O pensionato Heger “[...] era administrado pelo professor Constantin Heger e sua esposa, Zoe. Ele era disciplinado e inspirava as alunas. Um elemento chave para o método de ensino dele era a imitação” (DIAS, 2011, p. 2).

feminina de suas contemporâneas. Portanto, já no fim de 1844, as irmãs, especialmente Charlotte, consideram uma maneira de transformar seus escritos em mercadorias vendáveis, afinal, o sonho de abrir uma escola se encontrava distante.

Durante esse período, Emily desenvolve sua poesia, que tem inspirações diversas, como a natureza rica das charnechas do norte da Inglaterra ou pelas histórias épicas que a comove e, nessa fase, procura também se dedicar aos poemas de Gondal, em uma conjuntura mais madura. Charlotte insiste na publicação de um livro de poesias conjunto, mas a primeiro momento, Emily hesita, talvez por conta da natureza intimista que adquire sua poética e também, porque em 1845, começa a se envolver com a prosa. No entanto, em maio de 1846, sob os pseudônimos de Currer, Ellis e Acton Bell, as irmãs lançam seu livro de poesias, que vende somente dois exemplares. Mas as irmãs não desistem e partem para a tentativa de publicarem seus romances. A primeira versão de *O morro dos ventos uivantes*, de Emily, provocou certas reações negativas das irmãs devido ao seu conteúdo tempestuoso. No início de 1847, Charlotte consegue publicar *Jane Eyre* pela editora Smith, Elder & Co. Desse modo, Emily modifica algumas ideias presente na obra e, finalmente, a publica pela editora Thomas Cautley Newby Publisher, em dezembro do mesmo ano, em uma versão conjunta com *Agnes Grey*, de Anne. Apesar de inicialmente não causar tanta comoção, a obra dividida em três volumes recebe algumas críticas dos jornais da época, devido a sua forte narrativa (CHITHAM, 2001).

*O morro dos ventos uivantes*¹² nasce como um romance vitoriano que aos poucos provoca forte reação da crítica e do público geral. A narrativa se envolve com a trama conflituosa de três gerações das famílias Earnshaw e Linton. A primeira, residente do casarão Wuthering Heights – na história, o nome do local permanece no inglês original – e a segunda, da propriedade denominada de Thrushcross Grange. Ambas são vizinhas em uma remota região do norte da Inglaterra, próximas a uma vila fictícia chamada Gimmerton. A primeira parte da narrativa se desenrola nas últimas duas décadas do século XVIII e se constrói a partir da chegada de Heathcliff à família Earnshaw, trazidas pelo patriarca quando retorna de uma viagem a Liverpool. A criança de cabelos negros, pele escura, sem origens e considerada cigana é acolhida de forma diferente pelas crianças da casa. Catherine desenvolve verdadeiro laço de

¹² O título da obra no original em inglês, *Wuthering Heights*, representa uma tendência de romances vitorianos góticos e românticos em se intitular com um nome de uma propriedade. Essa conotação constitui mais do que um local de residência na narrativa, mas também expressa um simbolismo das experiências das personagens na narrativa. A casa enquanto título da obra, pode se materializar como um objeto de disputa, como forma de viver e meio de vida (MILES, 1990).

identificação com o garoto, enquanto que seu irmão mais velho, Hindley, pelo temor de ser preterido pelo pai, o odeia profundamente. E Nelly Dean, filha de uma antiga criada, responsável por cuidar das crianças e futura governanta da casa, rejeita a primeiro momento o garoto cigano, mas depois se torna um tanto quanto empática com a sua infeliz situação.

Quando o Sr. Earnshaw vem a falecer, Hindley, casado e adulto, como detentor oficial da posse de Wuthering Heights, relega Heathcliff a uma vida miserável e sem nenhum tipo de privilégio antes concebido por seu pai e, no decorrer da história, o garoto embrutece ainda mais devido aos maus tratos sofridos. Catherine continua sendo presença marcante ao seu lado, nas andanças e aventuras pelas charnecas, mas após um incidente, conhece o primogênito dos Linton, Edgar. A partir daí a trama se configura em um triângulo amoroso entre os protagonistas de forma trágica e tempestuosa. Catherine se torna prometida de Edgar, devido às convenções sociais da época, e Heathcliff, frustrado e revoltado com a situação, foge e promete vingança a todos aqueles que fizeram da sua vida infeliz. O mesmo permanece longe durante três anos, recebe algum tipo de educação e dinheiro de maneira misteriosa e retorna quando Catherine já se encontra casada. Nesse momento, dá início ao seu pérfido projeto de vingança e assim, consegue tomar posse de Wuthering Heights por conta da situação inválida de Hindley, que se torna alcoólatra e viciado em jogos, como consequência da morte de sua amada esposa anos atrás. Agora homem maduro e feito, Heathcliff, como parte do seu plano, se casa com Isabella, irmã de Edgar, fazendo-a fugir com ele e tornar sua vida infortuna e desprezível. Em Wuthering Heights, reside então a garota junto ao seu agora taciturno marido, Heathcliff, o rabugento Hindley, seu filho Hareton, criado de forma leviana, uma empregada que substitui Nelly Dean, e o antigo criado fervorosamente religioso, Joseph. Nesse cenário conturbado, Catherine dividida entre o papel de esposa de Edgar e pelo amor transcendental que sente por Heathcliff e também devido aos conflitos entre os dois homens, adocece propositadamente e, quando sua filha com Edgar nasce, não resiste e vem a falecer. Tomado por mais cólera, Heathcliff se torna, se possível, ainda mais vingativo. Após a morte de Catherine, Isabella foge grávida do marido e Hindley também falece, marcando o fim dessa geração da família Earnshaw.

Mais de uma década depois da história, consiste a segunda parte da narrativa. Agora a terceira geração das famílias se desdobra com as consequências das atitudes perversas de Heathcliff e das outras personagens que são tão terríveis quanto. O relato é marcado pela

presença da segunda Catherine, gentil e espirituosa, carinhosamente apelidada de Cathy¹³ pelo pai, Edgar Linton; Hareton, embrutecido pela má criação que teve, à sombra de Heathcliff e Joseph; e o enfermo Linton, filho descoberto de Isabella e Heathcliff, que passa a morar com o pai quando a mãe morre. Esses três jovens também passam a configurar relações específicas que determinam a história dessa segunda fase. Com o passar do tempo, Heathcliff, ainda tomado por ódio em relação a Edgar, planeja o casamento de Cathy e seu filho e, de forma forçada, alcança seu objetivo. Nesse momento, Edgar morre e sua filha passa a viver na desagradável propriedade de Wuthering Heights, assim como Heathcliff toma posse de Thrushcross Grange. Porém, pouco tempo depois, o enfraquecido Linton também falece e a garota viúva aos poucos une forças com o primo Hareton, contra Heathcliff. Assim, infeliz e atormentado pelo fantasma de sua amada Catherine, o homem também induz sua própria morte, por fome. Pouco tempo depois, Cathy e Hareton noivam, o que, na visão de Nelly, é a maior prova de bonança após impiedosos anos de tempestade legados pela paixão intensa e metafísica de Heathcliff e Catherine. Esse é o fim de *O morro dos ventos uivantes*.

A maneira que a estrutura narrativa foi desenvolvida por Emily Brontë, na visão de Charles Percy Sanger (1926), enquanto trama geracional, é extremamente simétrica. As linhagens permanecem praticamente circunscritas pelas mesmas famílias. O autor traça um parâmetro temporal da narrativa, se baseando em apenas algumas datas oferecidas no início de dois capítulos, 1801 e 1802, respectivamente. Dessa forma, ao longo da história é fornecido as idades dos personagens –com exceção de Heathcliff, pois ninguém sabe sua origem social – baseadas nas passagens de tempo. O ponto inicial de *O morro dos ventos uivantes* ocorre no final de 1801 e é narrado por Lockwood, locatário de Thrushcross Grange. Este, homem de cultura e costumes polidos, desejoso de se manter afastado da cidade, deseja passar uma temporada naquelas regiões da Inglaterra e conhece Heathcliff, na fase em que se configura a terceira geração das famílias, ou seja, quando este já é senhorio das duas propriedades. Para Lacerda (2016), a estratégia narrativa de *O morro dos ventos uivantes* é bastante curiosa e incomum para os romances da primeira metade do século XIX. Quando narrado nos primeiros capítulos em primeira pessoa por Lockwood, nada tem de diferente do usual. Porém, quando o mesmo, curioso pela estranha família que encontra em Wuthering Heights – e pela recepção nada calorosa – aborda Nelly, agora empregada de Thrushcross Grange, como forma de relatar as experiências vivenciadas pelas diversas personagens. Portanto, a narração da obra tem seu

¹³ No intuito de não confusão com os nomes iguais, ao longo do capítulo, Catherine será referida como sendo a mãe, e Cathy, a filha.

diferencial pelas camadas a que é atribuído, não sendo somente Lockwood e Nelly que narram quando dialogam, de forma direta ou indireta, as personagens “encarnam” na mulher pela forma que relata as histórias tal como aconteceram, inclusive com as mesmas entonações pessoais de cada um.

Não se trata de simples *flashbacks* e retornos ao tempo presente da narrativa, mas pela presença de voz ativa de inúmeros personagens. Esse recurso não-linear da estrutura da obra é o que Williams (2014) chamou de perspectiva multicentrada, tanto no tempo quanto na narrativa. O autor reconhece essa rede de comprometimento complexa entre narradores e outros personagens escrita por Emily como o valor central da obra. Quanto à topografia, de acordo com Sanger (1926), a autora a reconhecia e a abordou na obra de forma precisa, assim como a botânica das charneças, com a descrição da vegetação local, da fauna e da flora bastante exploradas no livro, que são simbólicos em muitos momentos. As situações formais também estavam a par da instrução de Emily, quanto as leis de herança daquela época.

Independente de quaisquer detalhes, Emily Brontë deixou um legado inegável com seu único romance publicado. Não se sabe ao certo se a escritora inglesa continuaria ativa na vida literária, publicando outros romances, como fez Charlotte. Por volta de 1848, quando seu irmão Branwell perde o controle da vida, se torna alcoólatra e enfermo, e acaba por morrer. No funeral, Emily contrai uma forte tuberculose e aos trinta anos, vem a falecer também no mesmo ano. O destino de suas irmãs não seria diferente. Pouco tempo depois, Anne também falece da mesma doença e Charlotte, a única que sobrevive nesse período, anos mais tarde, quando se casa com Arthur Bell e engravida, também tem o mesmo trágico destino das irmãs. Mas antes que acontecesse, foi a maior responsável por transmitir relatos da natureza de Emily e sua personalidade forte (LACERDA, 2016). Na nota biográfica sobre Ellis e Acton Bell, Charlotte Brontë (2016) descreve a irmã como uma mulher de caráter teimoso e impenetrável, assim como atesta a famosa passagem “Mais forte que um homem, mais simples que uma criança, sua natureza era única” (BRONTË, C., 2016, p. 366).

Portanto, vida e obra de Emily Brontë foram marcadas por uma espécie de paixão pessoal e da natureza humana da vida nas charneças. Interpretá-la enquanto isolada do mundo é retirar a magnitude da sua escrita, que estava inserida em um período histórico da Inglaterra oitocentista. As representações de sua obra, que se tornaram parte do cânone ocidental, combinam tendências de múltiplas interpretações por conta da sua força narrativa. A perspectiva histórica, pensando nos âmbitos social, político e econômico, é elementar para a compreensão da época do Império Britânico.

4.2 As relações de poder em *O morro dos ventos uivantes*: noções de classe, raça e gênero

O morro dos ventos uivantes, escrito e publicado pouco antes da metade do século XIX pela escritora inglesa Emily Brontë, revela uma faceta interessante acerca das relações sociais carregadas de violência e repressão. Todavia, um olhar mais atento perante suas representações, demonstra diversos simbolismos e percepções profundas sobre essas questões, para além da noção usual de dominação e subordinação. Traço da cultura inglesa, sua trama se envolve de camadas temporais e personagens significativos. Sua expressão está na conjuntura narrativa de presença marcante, forte teor emocional, mas, sobretudo, de experiências humanas. Questões de classe, raça e gênero são potencialidades históricas na representação, ou melhor, representações da obra. Seu discurso literário, sem dúvidas, se engaja na consubstancialidade dos discursos históricos, pautados por poder econômico, político, social e cultural. Se faz necessário atentar-se a esses paradigmas.

Terry Eagleton (2005), em famosa passagem, afirma que “[...] todos os romances são romances políticos, todos os dramas, históricos, todos os poemas, sociais¹⁴” (EAGLETON, 2005, p. 2). Dessa forma, o autor defende que o elemento social na literatura nunca deve ser interpretado como mera “superfície”, pois é a matriz que as une e não busca separar os diferentes discursos. Essa análise procura romper com o imaginário permeado das irmãs Brontë como jovens isoladas, praticamente figuras intransponíveis em um espaço distante e metafísico. Porém, a casa em que residiam, em Haworth, ficava próxima do centro da área de lã do *West Riding* e é justamente por conta de sua localização e informações que recebiam dos jornais e revistas da época, que muito provavelmente, os Brontë como um todo testemunharam anos de violentas lutas de classe da sociedade britânica. Os anos 1830-40 coincidiram com um período de ruína para vários residentes da região que migravam para as vilas ou cidades, assim como do desenvolvimento técnico das máquinas, das agitações e motins populares contra a Nova Lei dos Pobres, dos movimentos cartistas e na luta por leis agrícolas e de trabalho. Tendo isso em vista, é certo que Emily estava a par dos acontecimentos sociais do período e de forma representativa, essas questões permeiam a estrutura ideológica da sua obra.

Portanto, a narrativa de *O morro dos ventos uivantes* de antemão apresenta a configuração socioespacial das propriedades que são de extrema importância no entendimento das suas funções. Para Sanger (1926), *Wuthering Heights* – casarão que dá título à obra –

¹⁴ “[...] all novels are political novels, all drama historical drama, all poems social poems”.

residência da família de agricultores Earnshaw desde 1500, é de domínio absoluto do Sr. Earnshaw e provavelmente havia uma hipoteca na casa e na fazenda. Enquanto Thrushcross Grange é um exemplo de propriedade que corresponde a um casarão rodeado por um parque de grandes extensões. A família que ali moravam, os Linton, possuíam inquilinos e representam uma classe de grandes posses, a *gentry*. Praticamente todas as terras produtivas inglesas estava sob contrato de arrendamento no período que corresponde aos séculos XVII e XIX e, dessa maneira, como atesta a passagem “Joseph ficou para mandar nos arrendatários e trabalhadores, já que era sua vocação estar onde quer que houvesse bastante ruindade a censurar” (BRONTË, E., 2016, p. 94). No entanto, diferente da *gentry*, como seus vizinhos, os Earnshaw compunham as características dos chamados *yeomanry*¹⁵. De qualquer forma, ambas as famílias constituíam classes detentoras de terra, mesmo que em proporções diferentes.

As atividades econômicas da região estavam fortemente associadas às questões agrárias e as complexas relações familiares ao longo da narrativa, se teceram como reflexo do trabalho e suas implicações. Porém, nota-se que outras vertentes produtivas estavam presentes no âmbito econômico da Grã-Bretanha, quando o personagem Lockwood observa “As portas e as gelosias estavam abertas; ainda assim, como geralmente acontece nas regiões que produzem carvão, um belo fogo vermelho iluminava a chaminé [...]” (BRONTË, E., 2016, p. 329). Esse é o caso da mineração, que, segundo Hobsbawm (1977), durante o século XIX correspondia à principal fonte de energia para as indústrias e, do mesmo modo, era um importante combustível doméstico, tal como é o caso acima citado.

Quanto às relações familiares e mecanismos de poder que atestam a dominação de classes e poder cultural, a personagem de Heathcliff é substancial dessas apologias e merece uma análise própria. Primeiramente, Heathcliff ainda criança foi resgatado pelo Sr. Earnshaw na cidade portuária de Liverpool, pouco mais de noventa quilômetros distante da fictícia vila de Gimmerton (provavelmente inspirada em Haworth). Essa cidade, localizada a leste da ilha da Grã-Bretanha, teria sua importância econômica firmada com seu ingresso no tráfico negreiro – prática comum do Império Britânico – nos fins do século XVII. Além de funcionar como porto de pessoas escravizadas da Inglaterra, também se configurava como centro de atividade comercial internacional (MEYER, 2007). A indeterminação das origens sociais do garoto é bastante intencional na maneira que foi encontrado e posteriormente levado a Wuthering Heights. Descrito como “[...] uma criança suja, maltrapilha, de cabelos pretos” (BRONTË, E.,

¹⁵ Classe de pequenos proprietários de terras, sem título de nobreza, principais responsáveis pela produção do solo que possuíam. Para mais informações, ver notas explicativas em *O morro dos ventos uivantes* (BRONTË, 2016).

2016, p. 65), logo que chega causa reações negativas aos residentes da propriedade, em especial para Hindley, primogênito dos Earnshaw, que é calcado pelas tensões hierárquicas de manutenção da posse de propriedade, frente a um indivíduo estranho, considerado intruso, mas detentor da atenção do patriarca. Dessa maneira, o ódio consumido por Hindley perante Heathcliff intensifica-se pelas relações construídas pelo direito de herança, tema recorrente da obra.

A maneira pela qual Hindley subjuga o jovem Heathcliff, quando da morte do Sr. Earnshaw, é através da privação da cultura, o reduzindo ao *status* de trabalhador agrícola. É desse modo que Heathcliff e Catherine constroem laços de identificação, à maneira selvagem de viver, provocados pela descuidada criação de ambos. Catherine é mulher e filha mais nova e, logo, questões de herança são praticamente irrelevantes nesse sentido para a garota. Catherine não se sente diretamente ameaçada com a presença de Heathcliff, caso oposto ao do seu irmão mais velho, que inclusive, tem o direito de ingressar a uma universidade. Sendo assim, a condição que Hindley impõe ao garoto considerado cigano, é a seguinte:

Afastou-o da companhia da família, fazendo-o se juntar aos criados, *privou-o* das aulas ministradas pelo pároco e insistiu que passasse a trabalhar no campo, dando duro assim como os outros empregados da fazenda. Inicialmente, Heathcliff lidou bastante bem com a *degradação*, porque Cathy lhe ensinava o que aprendia e trabalhava ou brincava com ele no campo (BRONTË, E., 2016, p. 74, grifo nosso).

Portanto, é através da cultura e repressão que Heathcliff se torna subordinado à Hindley, ainda que cultivasse sua natureza indômita ao lado de Catherine. Porém, as imposições das estruturas sociais são irreversíveis e a elas não se foge quando Catherine é acolhida pela família Linton, de tradições mais cultas que seus vizinhos, após um incidente. É nesse cenário que se apresenta a outra *persona* antagonista de Heathcliff, Edgar Linton. A relação entre os dois jovens é a máxima de representação imperialista do homem inglês branco e do colonizado de pele escura. É nítido que os Linton, de fato, simbolizam a típica burguesia rural, quando Heathcliff descreve “Uma sala esplêndida, acarpetada de carmim, com poltronas e mesas cobertas também de carmim, e o teto branco debruado de ouro, e uma cascata de gotas de cristal pendendo de argolas de prata no centro, brilhando com velas pequeninas” (BRONTË, E., 2016, p. 76). Porém, o garoto despreza seus residentes, pois se vê tratado como um “fora”, uma criatura desprezível na visão dos Linton, pela sua condição de estrangeiro de pele escura e plebe.

Dessa maneira, quando Catherine convive com a família, aparentemente educa seus modos e aceita a proposta de casamento com Edgar – pois reconhece a impossibilidade social

de viver ao lado de Heathcliff como esposa – e, sendo assim, o mesmo toma como arma a própria cultura, assim como fizeram seus algozes. Durante os três anos de ausência, permanece um mistério a maneira pela qual Heathcliff adquire certa educação e riquezas. “A postura bem ereta sugeria uma passagem pelo Exército [...] Parecia inteligente e não guardava marcas da antiga degradação” (BRONTË, E., 2016, p. 124). Tendo em vista disso, sugere-se que Heathcliff adquiriu modos e capital por conta da sua estadia no Exército Britânico. Essa possibilidade é defendida por Susan Meyer (2007), ao afirmar que o tempo que Heathcliff permanece ausente corresponde aos últimos anos da Guerra de Independência norte-americana e tal noção equivale o temor da Inglaterra na perda das suas colônias e dissolução do seu império.

De qualquer forma, independente da origem do seu enriquecimento, Heathcliff retorna munido de instrumentos de poder e assim que chega a Wuthering Heights, como vingança, sujeita Hindley, encorajando-o cada vez mais nos seus vícios¹⁶ e, gradualmente, toma para si propriedades e riquezas dentro do próprio território britânico, contra aqueles que o menosprezaram anteriormente. Dessa maneira, a questão de herança e de posse é fundamental no entendimento da dominação das relações sociais ressignificadas e da apropriação cultural e de classe de Heathcliff. Quanto a Wuthering Heights, a propriedade se torna hipotecada, possibilitando a Heathcliff de se apossar por conta das enormes dívidas deixadas por Hindley. Referente a Thrushcross Grange, na morte de Egdar Linton sem herdeiros diretos masculinos e tendo Linton Heathcliff (seu sobrinho) como único herdeiro da propriedade, configura-se uma situação mais complexa, pois de acordo com a Lei De Herança, antes de 1833, as posses de bens pessoais e de imóveis não podia ser transmitida a ascendentes (SANGER, 1926). No entanto, essas questões técnicas dizem respeito à temporalidade narrativa da obra. Enquanto perspectiva histórica, a noção de confisco por parte de Heathcliff representa a noção subversiva da personagem perante o julgo que recebeu durante sua vida. Ele consegue reverter o quadro social inglês à época do imperialismo e se torna senhorio das duas propriedades. Para Eagleton (2005), Heathcliff utiliza dos mesmos mecanismos de poder das classes abastadas, isto é, acordos de propriedade e arranjos de casamento.

Porém, antes de adentrar essa questão, é preciso ressaltar as qualidades no tocante das culturas de classes que são fortemente representados pelas situações e personagens de *O morro dos ventos uivantes*. Ainda segundo Eagleton (2005), na época de escrita da obra, a classe

¹⁶ Essa deterioração do sujeito inglês (Hindley) lembra os efeitos desmoralizantes do comércio britânico de ópio com os chineses, mas de forma reversa (MEYER, 2007).

que compunha os *yeomanry* mais empobrecidos era muitas vezes obrigada a vender suas terras a algum grande proprietário ou comerciante. Portanto, essa classe é representada pela figura de Hareton como consubstancial das velhas convenções rurais da Inglaterra, que perde seus domínios para Heathcliff – que o priva de educação assim como fizeram a ele próprio – sendo o elo que une a tendência capitalista nas regiões agrárias, simbolizando indiretamente a burguesia industrial agressiva no tempo de Emily Brontë. Assim, a morte de Heathcliff é essencial, pois sela o futuro que reside na fusão e não no confronto de interesses entre *gentry* e burguesia. E esse futuro se dá com a figura de Hareton, herdeiro das duas famílias, no que se casa com Cathy. O antigo *yeomanry* se transmuta a partir dessa união entre os elementos de notável robustez das tradições inglesas e dos processos de aculturação. Quando, ao fim da narrativa, abre-se a possibilidade de herdar Thrushcross Grange, Hareton sinaliza essa passagem do enfraquecimento da *yeomanry* para fortalecimento da *gentry*. E se a personagem é um substituto metafórico de Heathcliff (o romance é permeado de duplos), sugere-se a aproximação entre *gentry* e burguesia industrial. Hareton é ao mesmo tempo um duplo de Heathcliff e do primeiro Earnshaw (Hareton Earnshaw é o nome do fundador de Wuthering Heights em 1500), união simbolizada pelo direito dos laços sanguíneos (que Heathcliff na condição de estrangeiro de pele escura não obtém) e das forças capitalistas em ascensão.

Enquanto se afunda na ignorância, porém, Hareton é impossibilitado de perceber o nome homônimo do fundador circunscrita na placa em frente a casa. Há uma passagem extremamente metafórica dessa noção, quando Cathy coloca primulas (flor que simboliza vínculos de regeneração)¹⁷ no prato de mingau de Hareton, marcando o ponto de partida do declínio de Heathcliff, pois com a figura da prima que oferece instrução como poder, Hareton não mais se submeterá emocionalmente ao homem. Cathy o ensina a ler finalmente “A voz masculina começou a ler: pertencia a um rapaz bem-vestido, sentado à mesa, com um livro diante de si” (BRONTË, E., 2016, p. 329). Esse é Hareton ao fim da narrativa, se moldando ao que pertencia originalmente, pelas convenções sociais.

De modo geral, a obra se trata em antagonizar as forças da natureza e da cultura, esta última enquanto papel ambíguo de retirar e oferecer poder aos indivíduos. Logo de início, o narrador Lockwood é apresentado como sujeito cidadão, erudito, oriundo do sul da Inglaterra e, portanto, se surpreende com os modos que encontra em Wuthering Heights, que, muito embora se trate de uma residência respeitável da região, provoca fortes reações ao inquilino. A

¹⁷ Para mais informações, ver notas explicativas em *O morro dos ventos uivantes* (BRONTË, 2016).

tradição do norte da Inglaterra é marcada pelos costumes populares. As festividades e lazeres locais eram, inclusive, incentivados pela *gentry*. Tradições fúnebres, matrimoniais, de festividades, canções, superstições, dialetos linguísticos e religiosidade são temas recorrentes no romance, que se configura, de fato, como um grande retrato dos costumes do norte da Inglaterra da época.

O morro dos ventos uivantes que narra a história de ascensão e queda de Heathcliff – ao menos, no plano físico – demonstra essa relação de subversão das ideologias imperialistas, em que povos de raça não branca impõem dominação dentro das fronteiras territoriais inglesas. Dessa forma, compreender a situação de Heathcliff somente com a questão de classe é insuficiente. É preciso levar em conta as relações tecidas não somente no plano econômico de dominação e subjugação pela posse de terras e da cultura, sendo necessário pautar a noção de raça no Império Britânico no viés representativo da obra. Antes de tudo, Heathcliff, desde sua entrada no mundo social de *Wuthering Heights* é considerado alguém sem origens, sem história e sem cultura. Essa é uma forte percepção do sujeito colonizado. Do local que é resgatado, Liverpool, como dito anteriormente, um importante centro comercial e de tráfico de pessoas escravizadas oriundas de diversas partes colonizadas pela Inglaterra, o Sr. Earnshaw o encontra perambulando nas ruas da cidade e pergunta quem é seu dono, seguindo os ditames de direito de propriedade inglês (MEYER, 2007). Da mesma maneira, quando o leva para casa e lhe dá o nome de um falecido filho, é uma questão primordial, pois Heathcliff é somente Heathcliff, sem direito a posses e não carrega o sobrenome da família. Isso, no entanto, lhe relegou certo *status* social, mais favorável do que antes possuía

Porém, o estigma social de estrangeiro assim que chegou a *Wuthering Heights*, permanece durante toda a sua existência perante à arrogância racial dos britânicos desse período. Quando Lockwood avista pela primeira vez Heathcliff, o define nos seguintes termos: “Na aparência, é um cigano de pele escura; nos trajés e nas maneiras, um cavalheiro [...]” (BRONTË, E., 2016, p. 30). Essa é uma visão condescendente, logo, o Heathcliff que a ele se apresenta, já é um sujeito aculturado e bem-apessoado, de fato, um senhorio, diferente da sua imagem enquanto criança. Mas a noção de cigano de pele escura que impõe ao seu locador é representativo de uma visão romântica do cigano de origens indeterminadas. Desse modo, é preciso entender que o cigano no período oitocentista é carregado de rótulos dos discursos jurídicos e literários que mistifica e ao mesmo tempo, criminaliza sua identidade social. Considerados nômades e associados a vagabundagem, os chamados ciganos representam um

termo construído historicamente. Na Inglaterra, a Vagrancy Act¹⁸ de 1824, listou características a esses povos como referentes a ter poderes sobrenaturais, adivinhação, viver no deserto e viajar em carroças ou vagões. Essa é a noção mais comum nos discursos literários. Por fim, é claro, por não possuírem propriedade e, oriundos de outros locais, os estigmatizaram como criminosos de maneira generalizada, recebendo punições severas do governo britânico. Para a visão romântica, o cigano era interpretado sob um viés antagônico: causava repulsa e, ao mesmo tempo, fascínio, estereotipados como sombrios, flexíveis, ágeis e bonitos, e possuindo um temperamento selvagem, feroz e desafiador (DRAGOMIR, 2019). Afinal, essa é a representação de Heathcliff, um sujeito demoníaco, bestializado, um anti-herói byroniano no estilo, mas acima de tudo, intrigante e intenso.

Enquanto cigano, estrangeiro e colonizado, Heathcliff não consegue se comunicar a primeiro momento, já que é despossuído de linguagem, pois quando chega a *Wuthering Heights*, ainda não falava a língua do colonizador: “Mas quando o puseram de pé só o que fez foi ficar olhando ao redor e repetir umas palavras sem nexos que ninguém conseguia entender” (BRONTË, E., 2016, p. 65). Porém, com o tempo, ele adquire a fala e costumes ingleses que o distanciam da sua origem social. Sua situação é, apesar da assimilação a que é submetido, permeada de estereótipos raciais típicas do contexto que vive. Na ocorrência do incidente que faz Heathcliff e Catherine encontrarem os Linton em *Thrushcross Grange*, é crucial desse aspecto. As crianças bisbilhotavam a residência e são capturados pelos cachorros e criados da propriedade, os interpretando como ladrões. Na ocasião, Isabella exclama: “[...] Ponha ele no porão, papai. É igualzinho ao filho da cigana que roubou meu faisão domesticado [...]” (BRONTË, E., 2016, p. 77, grifo nosso), sendo essa uma passagem que reflete bem a noção que os ingleses tinham dos ciganos. O Sr. Linton também afirma sobre o garoto: “[...] Suponho se tratar daquela estranha aquisição que meu finado vizinho fez, em sua viagem a Liverpool... um mestiço qualquer, um americano ou espanhol rejeitado” (BRONTË, E., 2016, p. 78, grifo nosso). De todo modo, a presença de Heathcliff em uma casa decente, tal como a Sra. Linton expressa, é inadequada, pois suas origens são indeterminadas e ele é coisificado enquanto objeto de aquisição, devido à posição de colonizado pelo Império.

É nesse ínterim que marca as distâncias raciais e de classe das duas crianças: Catherine é acolhida e Heathcliff, expulso. Para Miles (1990), a questão da expulsão/intrusão revela o olhar do patriarcado inglês perante um “intruso”, e seu direito à propriedade, na

¹⁸ Em tradução livre, significa algo como “Lei da Vadiagem” ou “Ato de Vadiagem”.

constante luta por poder. Hindley exclui cultural e espacialmente Heathcliff, o ameaça diversas vezes em colocá-lo na rua e o impõe barreiras físicas em várias passagens da narrativa. O temor do inglês branco de ter sua propriedade/metrópole invadida por intrusos/colônias, é marcado e reforçado pela necessidade de imposição do poder, tanto física quanto mentalmente. E as “raças escuras” representadas por Heathcliff continuamente são vítimas da exclusão imperialista. Heathcliff percebe essas nuances de poder e deseja tomar a cultura como arma porque sabe que não teria de outro modo. Quando criança, facilmente nota que sua assimilação perante aos ingleses jamais seria possível. Catherine, ao chegar de sua breve estadia em Thrushcross Grange, se encontra com Heathcliff: “Preocupada, ela baixou os olhos para os dedos sujos que seguravam entre os seus, e também para o vestido, que temia haver sofrido com o contato” (BRONTË, E., 2016, p. 82). Essa noção de sujeira/escuridão em contraposição à “branquitude”, para Meyer (2007), é a forma satírica da narrativa em associar a pele branca a uma ociosidade interna “civilizada” e fragilidade física. No entanto, tal superficialidade mascara a força que a noção de limpeza/pele branca subjuga aos povos colonizados. O jovem Heathcliff exprime esse desejo de assimilação, “Querida ter o cabelo louro e pele clara, me vestir bem e ser bem-educado, e ter a chance de ser tão rico quanto ele vai ser! [...] E desejo, mas isso não vai adiantar de nada” (BRONTË, E., 2016, p. 84-85). Essa é a diferença entre Heathcliff e Hareton, ambos são embrutecidos pela privação cultural, mas o primeiro, por conta das questões raciais, jamais poderá exercer a figura de autoridade do Império a longo prazo e seu poder tende a se dismantelar; enquanto Hareton, ao se purificar/educar, pode exercer sua soberania, pois é tão inglês quanto seu pai. Diante da noção das diferenças raciais impostas que Heathcliff compreende, Nelly, na ocasião, esboça um parâmetro interessante dessa conjuntura

– Um bom coração poderia ajudá-lo a ter um rosto bonito, meu rapaz – prossegui –, ainda que fosse um *negro comum* [...] Parece um príncipe disfarçado. Quem sabe seu pai foi imperador da China, e sua mãe uma rainha indiana, cada um deles em condições de comprar, com a renda de uma semana, Wuthering Heights e Thrushcross Grange juntos, e você foi raptado por marinheiros perversos trazidos para a Inglaterra? Se eu fosse você, acreditaria na possibilidade de ter tido um nascimento nobre, e isso me daria coragem e dignidade para tolerar a *opressão* de um fazendeirozinho de nada! (BRONTË, E., 2016, p. 85, grifo nosso).

Mesmo com boas intenções, Nelly exprime o que há de mais disfarçado nas condescendências para com o colonizado. Primeiro, ela exprime a inferiorização do chamado “negro comum”, noção típica para os ingleses que determinavam a cor da pele (raça) como parâmetro social e afirmavam a incapacidade de beleza dos povos de pele escura. Ao se referir a Heathcliff como um possível príncipe, atesta a sua indeterminação racial. Esse quadro, segundo Meyer (2007), é uma forma de demonstrar que pessoas estigmatizadas pela cor da pele,

tal como Heathcliff, são capazes de se vingarem pela opressão que sofrem com os britânicos. A autora também nota que a linhagem imaginada por Nelly representa uma referência repleta de incertezas políticas da Grã-Bretanha.

A China não estava de forma alguma sob o controle britânico tão forte quanto a Índia, embora recentemente tivesse enfrentado o poder do imperialismo britânico durante a primeira Guerra do Ópio de 1840-42. No início do século XIX, a Grã-Bretanha vinha comprando quantidades cada vez maiores de chá da China, mas não era capaz de desenvolver muito interesse chinês nos produtos que oferecia em troca¹⁹ (MEYER, 2007, p. 172).

Para garantir sua dominação perante a China, as autoridades britânicas enviaram navios de guerra a Hong Kong e pressionaram o governo chinês. Mas a China resistiu fortemente e o comércio com a Inglaterra se enfraqueceu com o tempo, diferente da Índia, que se tornou uma das maiores colônias britânicas e fonte de riquezas para a coroa inglesa. Essa união entre China e Índia representa os tramites coloniais do Império Britânico, que desejava conquistar ambas. Mas na maneira que Nelly apresenta, configura-se na representação do processo reverso da colonização. Heathcliff transfigura-se na figura de autoridade através da vingança de dominar aqueles que um dia o dominaram, encarnando o pior pesadelo do Império.

O cigano Heathcliff, portanto, no sucesso da sua empreitada eleva seu *status* de classe, mas nunca exerce privilégios raciais, por conta da sua posição de ser o estrangeiro de pele escura, o intruso. Afinal, ainda que proprietário legal de *Wuthering Heights* e de modos mais elegantes e educados, o nome que está inscrito na placa em frente à sua casa é o de um Earnshaw. Um outro exemplo disso, é que mesmo equiparando-se na condição de servo, quando garoto, os próprios empregados sentem repulsa do mesmo e o consideram ilegítimo. É nas pequenas nuances de poder das ideologias imperialistas que a figura violenta de Heathcliff se torna cada vez mais humana. Os discursos que o estigmatiza é típico na noção de estar fora dos valores de senso comum da sociedade. O Heathcliff criança e adolescente, ainda que carrancudo, não é perverso. É na condição de privação no sentido mais amplo que o vingador em uma geração se torna o tirano de outra. Ainda que de modo subversivo, é na simetria da instrumentalização do projeto de vingança que Heathcliff corre o risco de ser o defensor do patriarcado britânico (MILES, 1990). Eagleton (2005) afirma quanto a Heathcliff que “Sua ascensão ao poder simboliza de uma só vez o triunfo dos oprimidos sobre o capitalismo e o

¹⁹ China was by no means under such strong British control as India, although it had recently had an encounter with the might of British imperialism during the first Opium War of 1840–42. As the nineteenth century began, Britain had been purchasing increasingly large quantities of tea from China, yet was unable to develop much Chinese interest in the products it had to offer in exchange.

triunfo do capitalismo sobre os oprimidos²⁰” (EAGLETON, 2005, p. 112). No fim das contas, é o sistema político das estruturas econômicas e sociais que persevera, aliado ao patriarcalismo e racismo da sociedade britânica no século XIX.

O desfecho é comum do arquétipo de reconciliação de classes dos romances vitorianos, com a união matrimonial entre Hareton e Cathy. Mas essa não é uma elucidação definitiva. A posição marital ao longo da narrativa nunca é realizada de forma plena e feliz. O casamento de Catherine e Edgar, o de Hindley com Frances e a fuga de Isabella com Heathcliff são facetas cruas que desmancham as fantasias românticas do período vitoriano – encarnadas na personagem de Lockwood – todas as experiências revelam uma lição semelhante: a ordem social dominante tende a promover a concepção de amor dessa maneira porque permite aos homens o acesso ao poder por meio do controle das mulheres (BOONE, 2007). Frances e Isabella são estereotipadas como mulheres tolas e frívolas, desejosas de um casamento emocionante. Catherine, ainda garota, ligada e presa às convenções sociais das mulheres, sabe que seu casamento com Heathcliff seria impossível pela posição desfavorável a ele tomada. Inclusive, sua conexão com o Heathcliff beira a androginia e o metafísico, quando afirma “[...] eu *sou* Heathcliff!” (BRONTË, E., 2016, p. 111, grifo do autor), porque nas condições sociais moralmente aceitas, sabe que sua união com o jovem cigano é impossível no plano físico e é preciso associar a sua natureza com a dele, pois não há de outro modo.

O elo de identificação de ambos é tão forte diante das injustiças do patriarcado, que encarna a metáfora que liga gênero e raça. Heathcliff não detém, contudo, privilégios que a mulher branca, Catherine, possui. O incidente em Thrushcross Grange deixa isso explícito. Tendo isso em vista, é compreensível notar essas dissociações quanto à classe e raça, mas dessa associação apregoa-se o sentimento de subjugação da mulher na sociedade britânica. Para Gilbert e Gubar (2007), os simbolismos que os unem é fortemente presente. Catherine pede ao seu pai na viagem a Liverpool um chicote e, por conta da chegada de Heathcliff, é firmado a relação Heathcliff/chicote, este enquanto símbolo de força. Dessa forma, agora com o seu “chicote”, Catherine ao lado do garoto pode enfatizar sua plenitude, sua condição se eleva, pois ela nunca é submissa, dócil e feminina em sua personificação infantil, sendo tão selvagem quanto Heathcliff. Porém, quando tem contato com a cultura e civilização da família Linton, a representação se desenrola na sensação de perda da Catherine (Heathcliff) andrógina e de sua alma primordial. Basicamente, é sua entrada ao mundo da maturação feminina, a puberdade,

²⁰ “His rise to power symbolises at once the triumph of the oppressed over capitalism and the triumph of capitalism over the oppressed”.

pela necessidade que se impõe de se autoafirmar mulher e não mais criança. O contato com a cultura patriarcal em oposição à sua natureza é um processo doloroso para Catherine, muito embora não se perceba em primeiro momento.

Um traço muito significativo é a ausência da figura materna das personagens femininas em *O morro dos ventos uivantes*. A mãe de Catherine morre ainda quando era uma menina e sua adolescência/puberdade é marcada pela presença de Frances, esposa de Hindley, mas a mesma a repudia. E Frances vem a falecer quando dá luz a Hareton. Catherine também morre quando sua filha nasce e essa cresce órfã de mãe. Isabella tem o mesmo destino quando seu filho com Heathcliff ainda é um garoto. Esse ciclo de repetição: casamento – gravidez – morte é tema recorrente da narrativa e, sem dúvidas, um reflexo da condição feminina do período vitoriano. Portanto, Catherine, sem a presença de figura materna não constrói laços com mulheres, ou, pelo menos, tem bastante dificuldade. Sua personificação é fragmentada: quando Lockwood adentra seu quarto (Catherine já havia morrido há muitos anos), percebe no peitoril da janela diversos escritos “Catherine Earnshaw”, “Catherine Heathcliff” e por fim, “Catherine Linton”. A mulher de vários sobrenomes é noção do seu ser enquanto objeto de pertencimento masculino, ou seja, quando da impossibilidade de ser uma Heathcliff, ela se torna Sra. Linton. Seu distanciamento com o “eu” da infância a adocece. Segundo Boone (2007), a morte premeditada de Catherine, tida como febre cerebral, é a única solução de libertação da sua existência subjugada na superficialidade do casamento com Edgar.

Isabella sempre encarnou, ao contrário de Catherine, a feminilidade da menina e da mulher vitoriana. É quase uma paródia de si mesma. Porém, mesmo um reflexo do socialmente posto, ela é privada, desde pequena, de liberdade e autonomia. Sua inocência a faz desejar, enquanto mulher de classe abastada e culta, Heathcliff como um herói romântico, no que ele afirma: “[...] imaginando que eu era um herói de romance e esperando favores ilimitados da minha devoção cavalheiresca. Mal posso considerá-la uma criatura racional [...]” (BRONTË, E., 2016, p. 178). Essa passagem exprime o discernimento de que Heathcliff, agora adulto e enriquecido, pode subjugar uma mulher na sua posição de autoridade masculina. Enquanto ainda está em *Wuthering Heighst*, antes de sua fuga, Joseph confunde Isabella com Catherine e essa confusão é deliberadamente colocada na narrativa pois ambas as mulheres, na visão do patriarcado, ocupam um mesmo lugar, destinado a seu gênero²¹.

²¹ Para mais informações, ver notas explicativas em *O morro dos ventos uivantes* (BRONTË, 2016).

Outra figura feminina de destaque nas percepções do poder masculino é o da governanta²², Nelly Dean. A mesma encarna, desde o início apresenta na história dos Earnshaw e posteriormente, dos Linton, a mulher de classe popular que relega sua vida a subserviência. Primeiramente, enquanto narradora, e na posse do poder do discurso, ainda encara certas problemáticas. Sendo extremamente supersticiosa, é necessário haver a figura de um homem intelectual na narração (Lockwood), como que para atestar a veracidade dos relatos. A personagem mulher só ganha validade em uma moldura que envolve personagens masculinos contando a sua história (MONTEIRO, 1998). Outra questão que envolve sua condição feminina é quando se torna ama de leite de Hareton, reforçando a naturalização que o ambiente doméstico promove da figura da mulher trabalhadora. Em uma relação ambígua de tomada de posição da patroa e da disposição servil, Nelly chega ao ponto de se tornar parte da propriedade dos Earnshaw em que vive (EAGLETON, 2005). Enquanto mulher e empregada, não testemunha a ambição de formar seus próprios lar e família. A “condolência” da sua situação é que, enquanto mulher solteira e sem filhos, é a única sobrevivente da sua geração.

Por fim, descendente da terceira geração das famílias Earnshaw e Linton, há a segunda Catherine, ou Cathy, para fins de não repetição. Sua personificação é como um duplo da sua mãe, mais dócil e branda: quase uma versão “melhorada” aos moldes sociais de gênero. Sua força está na cultura letrada a que foi ensinada. Segundo Regina Barreca (2007), as personagens femininas são dotadas de poder de linguagem, em especial Cathy, que embora subjugada por Heathcliff no casamento forçado com o primo Linton Heathcliff e acometida de privações, afirma que “[...] tenho a maior parte deles inscrita no meu cérebro e impressa no meu coração, e disso vocês não podem me privar!” (BRONTË, E., 2016, p. 323). Ao ensinar Hareton a se alfabetizar, relega a potencialização da linguagem não como opressão, mas possibilidade de se superar, pois é a partir dela que Hareton reconhece sua posição “deturpada” por Heathcliff. Cathy cai, de fato, nas mãos do sistema patriarcal pelas consequências trágicas que a acomete, da perda da propriedade de sua família, porém, usa a força da cultura como mecanismo de suplantar o controle de Heathcliff.

De maneira geral, *O morro dos ventos uivantes* está carregado de simbolismos e representações que confirmam as ansiedades presentes no patriarcalismo inglês. É preciso levar em conta que sua escrita é feita por uma mulher vitoriana à época do imperialismo britânico.

²² Estar na posição de governanta significava mudar para um círculo social superior, mas também significava entrar em uma sociedade que a desejava somente como serva, socialmente subserviente aos próprios homens e mulheres (EAGLETON, 2005).

Portanto, os discursos como instrumentos de poder voltados à classe, raça e gênero são consubstanciais das transformações históricas desse período. O fim da narrativa permanece aberto para a história. Hareton e Cathy, a união que provoca a esperança do ressurgimento da ordem social inglesa de fato a restabelece? Os anos de dominação de Heathcliff e sua “usurpação” nos ambientes domésticos ingleses acabam com sua morte literária? Afinal, quem é o intruso de fato? As percepções históricas dos discursos literários são intrigantes porque instigam e levantam questionamentos diversos visto que cada momento no tempo e no espaço responde de maneiras distintas. Certamente, uma narrativa de força tão intensa e controversa legou atribuições significativas a uma época igualmente marcante.

4.3 A fortuna crítica da prosa de Emily Brontë

Uma escrita de intensidade tão impetuosa quanto *O morro dos ventos uivantes* certamente provoca as percepções mais distintas possíveis na leitura particular de cada indivíduo que mergulha na sua trama conflituosa de degradação humana tão perversa quanto a de suas personagens. Dessa maneira, se na contemporaneidade seu conteúdo ainda choca muitos leitores, perceber a sua herança crítica é de valor inestimável na conjuntura em que foi publicada, bem como na concepção do seu valor artístico na qual moldou-se com o tempo, elevando seu *status* ao cânone ocidental. Portanto, é importante nortear as relações estabelecidas entre crítica literária e os discursos que vigoravam à época. Publicado em meados do século XIX em uma tradição literária bastante singular, sua narrativa é fascinante porque provoca os mais diversos questionamentos e juízos de valor acerca da sua sagacidade histórico-literária.

Em relação a uma noção histórica da literatura – a um período específico –, Chartier (2001) afirma que é necessário olhar para os textos literários, bem como para seus autores ou autoras, no âmbito da representação em sua dimensão reflexiva, ou seja, da sua materialidade, porque “[...] os lugares sociais ou as instituições nas quais os autores produzem obras são muito variáveis [...]” (CHARTIER, 2001, p. 89). É nessa percepção que se eleva a noção da literatura a partir da compreensão dos seus espaços de produção e recepção contemporâneas à sua publicação. Tendo em vista disso, a produção literária de uma época é fundamental no entendimento do caráter histórico que assume uma obra em seu tempo e ao longo desse. Segundo Antonio Candido (2006), a literatura é um sistema vivo de obras segundo o qual se

entrelaça com outras obras e com seus leitores, de acordo com os momentos históricos. O público é mediador do autor e da obra que escreve, pois é por conta de terceiros que um escritor adquire consciência plena do seu trabalho. Porém, nem sempre esse contato é direto e a formação de grupos de possíveis leitores, ainda mais de uma determinada época, é de difícil definição. Contudo, um público literário na sua mais ampla configuração em muitas vezes é direcionado através dos meios de comunicação e pelo gosto da época, em especial, estabelecidos pelas classes abastadas, isto é, as elites.

De acordo com Robert Darton (1992), os mecanismos da leitura no seu tempo e espaço, não são simplesmente uma habilidade, mas desenvolvem significados que variam de acordo com cada cultura. No século XIX, o âmbito social da literatura provocou uma mudança no modo de ler, que se voltou para a experiência da leitura silenciosa, individual. Portanto, questões referentes à formatação do livro, estrutura tipográfica e pertencimento social dos leitores²³ são elementos que ditam a maneira de se extrair a recepção de uma obra em determinado momento. As editoras também se fazem, bem como seus mecanismos de publicação, essenciais dessa noção histórica de um texto literário. Como dito no início desse capítulo, Emily Brontë somente conseguiu publicar *O morro dos ventos uivantes* quando adaptou sua escrita para uma linguagem menos severa. Porém, mesmo na sua publicação, muitos leitores consideraram a ambientação e expressões dialetais típica do norte da Inglaterra como coisas estranhas e alheias, pois deduz-se que a maior parte do público leitor no período vitoriano estava nos centros urbanos. Assim, Charlotte Brontë (2016) no prefácio de 1850 da obra, aponta que:

Com relação à rusticidade de *O morro dos ventos uivantes*, admito a acusação, pois sinto essa qualidade. Ele é rústico de ponta a ponta. É típico das charnecas, selvagem e nodoso como uma raiz de urze. Nem seria natural que fosse de outra maneira, sendo a autora ela própria nascida e criada nas charnecas (BRONTË, C., 2016, p. 369).

Assim como sua narrativa energizava essa impressão de estranhamento por conta das suas características marcantes oriundas de espaços distantes aos leitores da época, bem como o delineamento do caráter humano de maneira agressiva, é fundamental para notar que o foco da crítica vitoriana se concentrava mais no valor ético do enredo em virtude da sua primazia estética (DIAS, 2012). Sendo assim, como fica explícito nas críticas à época de seu lançamento, causava certo impacto, na maioria das vezes, negativo. Uma crítica no *Athenaeum* em 25 de dezembro de 1847, mostra bem essa concepção:

²³ Em relação aos elementos sociais que envolviam a literatura oitocentista, ver segundo tópico do primeiro capítulo deste trabalho.

Apesar de muito poder e inteligência; apesar de sua verdade sobre a vida nos recantos e cantos remotos da Inglaterra, ‘O morro dos ventos uivantes’ é uma história desagradável. Os Bell parecem afetar assuntos dolorosos e excepcionais:- os delitos e opressões da tirania - as excentricidades da "fantasia da mulher"²⁴ (In: BRONTË, 2003, p. 281, grifo nosso, tradução nossa).

Portanto, essa noção de delineamento moral era bastante refletida nas críticas da época. Nesse momento, a identidade das autoras era desconhecida, e de forma conjunta, eram fortemente associadas. Muitos especulavam, inclusive, que as três publicações eram oriundas da mesma pessoa. Embora publicado sob pseudônimo ambíguo, a relação entre o gênero do autor e seu conteúdo era bastante difundido, tanto que se especulava fortemente antes da revelação da identidade das irmãs, se a obra era de autoria feminina ou masculina. De qualquer forma, a escrita de Emily era pejorativamente acusada de mais excêntrica e desagradável dentre as três obras. Sem dúvidas a que mais causava efeitos positivos, era a escrita de Charlotte com *Jane Eyre*. Uma passagem muito interessante na crítica feita pelo *Atlas*, em janeiro de 1848, exprime uma noção contraditória, pois afirma que a identidade dos autores – ainda não revelada – em nada importava, porém, na mesma avaliação, considera nem mesmo as personagens femininas agradáveis: “Mesmo as personagens femininas despertam algo de repugnância e muito desprezo²⁵” (In: BRONTË, 2003, p. 284, tradução nossa). Essa é uma interessante interpretação dos discursos vitorianos, que desejavam uma personificação das mulheres tal como a sociedade lhes impunha.

De modo geral, as críticas feitas nesses primeiros anos da publicação de *O morro dos ventos uivantes*, demonstravam esse estranhamento, mas também uma certa admiração pela força narrativa da obra. Tal apregoação é explícita nessa análise da *Douglas Jerrold’s Weekly Newspaper*, também de janeiro de 1848: “*O morro dos ventos uivantes* é um tipo estranho de livro - confundindo todas as críticas regulares; no entanto, é impossível começar e não terminar; e igualmente impossível deixá-lo de lado depois e nada dizer sobre ele²⁶” (In: BRONTË, 2003, p. 284, tradução nossa). Despertando esse tipo de fascínio, a obra, a princípio geralmente julgada desfavoravelmente, foi cada vez mais levada aos aspectos da escritora, do seu modo de vida e origens, quando revelada sua identidade postumamente, através de Charlotte na segunda edição de *O morro dos ventos uivantes* em 1850. O fato de ser mulher provocou um caráter subversivo para os críticos, pois sua escrita não era considerada “feminina”. Além do mais,

²⁴ In spite of much power and cleverness; in spite of its truth to life in the remote nooks and corners of England, ‘Wuthering Heights’ is a disagreeable story. The Bells seem to affect painful and exceptional subjects:—the misdeeds and oppressions of tyranny—the eccentricities of “woman’s fantasy.”

²⁵ “Even the female characters excite something of loathing and much of contempt”.

²⁶ “Wuthering Heights is a strange sort of book—baffling all regular criticism; yet, it is impossible to begin and not finish it; and quite as impossible to lay it aside afterwards and say nothing about it”.

Emily, na postulação de sentimentos fortes e violentos, das personagens que não eram do tipo virtuosas, metaforicamente mata o “anjo do lar” (DIAS, 2012).

Na descoberta das escritoras por trás dos pseudônimos, a tendência crítica permanece sem nenhuma novidade quanto ao enredo da obra em si e somente acrescentam opiniões acerca da nota introdutória e biográfica feita por Charlotte. Na avaliação crítica feita pelo *Leader*, em dezembro de 1850, ainda se notam as intransigentes percepções da narrativa enquanto sombria, rude, brutal, mas verdadeira (*In*: BRONTË, 2003). Grosseira e poderosa, essa é a acepção mais comum da época, causando espanto por ser oriundo da pena de uma mulher nos recônditos ingleses, de postura tímida e reclusa. Para Dias (2012), a reputação de *O morro dos ventos uivantes* passa a mudar por conta de alguns fatores fundamentais. O primeiro foi a introdução feita por Charlotte que atribui a Heathcliff uma imagem vilanesca. O segundo fator foi por conta da morte prematura de Charlotte que fez reacender o interesse pelas irmãs e dessa forma, levou à publicação da biografia da escritora feita por Sra. Gaskell em 1857. A fortuna crítica de *O morro dos ventos uivantes*, nas últimas décadas do século XIX passou a se concentrar nas fortes representações da psique humana de seus personagens – tendência que passou a ser bastante valorizada – revelando sua faceta trágica e de complexidade imensurável.

A biografia de Emily, feita pela escritora e estudiosa da literatura inglesa, Mary F. Robinson, em 1883, também contribui na aceitação da obra pelo público/crítica menos conservadores às transgressões humanas em relação aos seus antecessores. Em 1926, Charles Percy Sanger publica seu ensaio contendo uma avaliação mais justa à Emily dada a sua destreza quanto ao conhecimento das leis, tipografia e botânica britânicas, retirando aquela noção que a escritora era completamente instintiva e incapaz de dominar seu talento criativo (LACERDA, 2016). Um ano antes, a escritora feminista Virginia Woolf (2014) descreve sua força literária como a mais notável das irmãs, porque Emily era romancista e maior poeta que Charlotte e, dessa forma, a grandeza de sua obra vem da experiência de se colocar em prosa a espiritualidade presente em seus poemas, atingindo picos de emoção que elevou a estatura da sua escrita. Em 1934, Lord David Cecil firmou de vez a grandeza de Emily, sendo responsável por analisar a obra como uma representação da distinção entre homem e natureza (LACERDA, 2016)

Para Cevasco e Siquera (1985), *O morro dos ventos uivantes* “Trata-se de um conflito entre o estranho e o doméstico, a exaltação e a calma, o sobrenatural e o natural, tudo desencadeado pelo amor compulsivo dos dois jovens” (CEVASCO e SIQUEIRA, 1985, p. 57). Assim como na própria autora, a ambiguidade entre complexidade e maneiras simples e ordinárias das relações humanas, fazia morada na sua escrita. Harold Bloom (2001), quando

também analisa Emily enquanto poetisa, revela essa faceta da escritora de romance como marca de originalidade e também, demonstra que sua escrita tem muito em comum com as baladas folclóricas de origem inglesa e escocesa. Portanto, a fortuna crítica de *O morro dos ventos uivantes* perpassou a história de acordo com as elucidações dos discursos históricos e literários de momentos específicos. Tornando-se um clássico da literatura ocidental, a obra carrega facetas múltiplas que postergou seu lugar de destaque, através das diversas edições e traduções para vários países e adaptações para o cinema e música. Sendo assim, seu lugar outrora reduzido a uma aquisição estranha e rude se revela primordial na contemporaneidade justamente por conta dessas características marcantes, o horizonte de expectativa em relação a crítica que se faz de uma obra se provou essencial na construção do cânone de *O morro dos ventos uivantes*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Império Britânico, no período que compreende a primeira metade do século XIX, exerceu verdadeira expansão de sua hegemonia em relação a outras potências europeias, particularmente, com sua supremacia colonial. Por conta das suas singularidades econômicas, as mudanças no seio da sociedade são consubstancias desse processo. Os discursos, que sempre carregam intencionalidade, formaram uma base fundamental para a dominação do Estado britânico e sua ideologia imperialista. Dessa forma, compreender suas funcionalidades desempenhou um olhar mais crítico perante as diversas operacionalidades de apropriação desses discursos de poder. A literatura foi imprescindível, como expressão extremamente significativa da sociedade inglesa, na análise da temática, pois é uma fonte de percepções humanas únicas que levantou indagações pertinentes, uma vez que suscitam uma visão do âmbito cultural em conformidade com as transformações políticas, econômicas e sociais do Império Britânico.

A utilização da obra *O morro dos ventos uivantes* (1847), de uma escritora inglesa, isto é, inserida nas transformações da metrópole, exerceu reflexões acerca dos discursos de poder fortalecidos pelo aparato estatal britânico. As questões de classe, raça e gênero nos discursos imperiais foram elucidados, na medida que a narrativa do romance de Emily Brontë oferece essas interconexões com os discursos literários da época. Tendo em vista disso, as contribuições da História Cultural, mais especificamente, dos diálogos entre história e literatura, acarretaram nesse elo em prol da aplicabilidade do seu manuseio. As noções entre literatura e sociedade foram de importância essencial na dinâmica do uso da fonte, portanto, as contribuições de autores e autoras que abordam essa temática ampararam significativamente o presente trabalho.

É necessário também pontuar a colaboração analítica da crítica feminista, dos estudos sociais, filosóficos e pós-coloniais no desdobramento da discussão acerca dos discursos de poder da ideologia imperialista britânica. De fato, essas noções abrem um leque de possibilidades sobre as atitudes elitistas, patriarcais e eurocêntricas da sociedade inglesa que contemporaneamente ainda exercem primazia, ainda que de forma ressignificada. Afinal, os instrumentos de poder são extremamente flexíveis e mascarados. Analisar essa concepção foi determinante nas representações presentes em *O morro dos ventos uivantes*, de modo que sua narrativa é carregada de ansiedades sociais niveladas pela cultura dominante. De maneira única

e fascinante, a escrita de Emily Brontë não é nada óbvia e revela facetas que causaram estranhamento e repúdio nos críticos – intelectuais – na época de sua publicação.

A consolidação da hegemonia britânica é repensada quando são debatidas suas rupturas e permanências na história. Abordá-la no âmbito da cultura foi revelador dos pormenores e anseios partidos dos discursos literários oriundos de uma inglesa, testemunha de transformações profundas na metrópole. Referente a isso, não se intencionou retirar sua força literária, pelo contrário, a noção da construção de sua narrativa e percepções da época foram fundamentais na dinâmica entre história e literatura. Dessa forma, embarcar nos seus aspectos tanto literários como históricos permitem uma renovação analítica sobre as relações humanas daquele período, sempre complexas.

O morro dos ventos uivantes não se anula somente com o paradigma da tríade: classe – raça – gênero, e esta, com efeito, se mostrou substancial no recorte temático a que se propôs este trabalho e evidenciou fortemente sua grandeza para com o entendimento das relações de poder que contemporaneamente ainda se fazem alvo de discussão. Portanto, sua força narrativa pode se permear na construção de diversos aspectos dos campos históricos, como é o caso da sua relação com a cultura popular, designada enquanto regional e suas implicações. No presente caso, a análise da obra proporcionou não somente a resolução das proposições estabelecidas, mas a descoberta, através do levantamento histórico, de dimensões antes não percebidas. Desse modo, as contribuições teóricas de diversos campos do saber em relação ao objeto de estudo se incumbiu daquilo que é mais valioso para a história: o contínuo debate das suas perspectivas, nunca acabadas, mas sempre em movimento.

REFERÊNCIAS

ATHENAEUM, 25 December 1847. *In*: BRONTË, Emily. *Wuthering Heights: the 1847 text, backgrounds and criticism*. 4th ed. London: W. W. Norton & Company, 2003.

ATLAS, January 1848. *In*: BRONTË, Emily. *Wuthering Heights: the 1847 text, backgrounds and criticism*. 4th ed. London: W. W. Norton & Company, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora F. Bernardini. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BARRECA, Regina. The Power of Excommunication: Sex and the Feminine Text in *Wuthering Heights*. *In*: BLOOM, Harold (ed.). *Bloom's Modern Critical Interpretations: Wuthering Heights*, Updated Edition. New York: Bloom's Literary Criticism, 2007. p. 147-159.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2.ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BLOOM, Harold. Como e por que ler. Trad. José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

BOONE, Joseph Allen. *Wuthering Heights: Uneasy Wedlock and Unquiet Slumbers*. *In*: BLOOM, Harold (ed.). *Bloom's Modern Critical Interpretations: Wuthering Heights*, Updated Edition. New York: Bloom's Literary Criticism, 2007. p. 127-147.

BORRALHO, Henrique. O fim da separação entre literatura e história. *Revista Contemporânea*, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11.ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRONTË, Charlotte. Nota biográfica sobre Ellis e Acton Bell. *In*: BRONTË, Emily. *O morro dos ventos uivantes: edição comentada*. Trad. Adriana Lisboa; Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

_____. Prefácio do organizador à nova edição de *O morro dos ventos uivantes*. In: BRONTË, Emily. *O morro dos ventos uivantes*: edição comentada. Trad. Adriana Lisboa; Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BRONTË, Emily. *O morro dos ventos uivantes*: edição comentada. Trad. Adriana Lisboa; Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Trad. Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CEVASCO, Maria Elisa; SIQUEIRA, Valter Lellis. *Rumos da literatura inglesa*. 2.ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1985.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. *Cultura escrita, literatura e história*: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CHITHAM, Edward. *The birth of Wuthering Heights*: Emily Brontë at work. New York: Palgrave Macmillan, 2001.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita e a história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 199-237.

DIAS, Daise Lilian Fonseca. A ideologia imperialista na literatura colonial inglesa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2., 2008, Caicó (RN). *Anais eletrônicos* [...]. Caicó (RN): UFRN, 2008, p. 1-14. Disponível em: https://www.academia.edu/1914093/A_IDEOLOGIA_IMPERIALISTA_NA_LITERATURA_COLONIAL_INGLESA. Acesso em: 02 abr. 2020.

_____. A recepção crítica a *O morro dos ventos uivantes*: questões de mulher e literatura. *Revista Graphos*, UFPB/PPGL, v. 14, n. 2, p. 18-45, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/viewFile/13423/8982>. Acesso em: 26 abr. 2019.

_____. O pensionato Heger na formação literária das irmãs Brontë. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL CIDADANIA CULTURAL: jovens nos espaços públicos e institucionais da modernidade, 5., 2011, Campina Grande. *Anais eletrônicos* [...]. Campina Grande: Editora EDUEPB, p. 1-10, 2011. Disponível em: http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgli/?wpfb_dl=210. Acesso em: 01 abr. 2020.

DOUGLAS Jerrold's Weekly Newspaper, January 1848. In: BRONTË, Emily. *Wuthering Heights: the 1847 text, backgrounds and criticism*. 4th ed. London: W. W. Norton & Company, 2003.

DRAGOMIR, Cristina-Ioana. Nomads, "Gypsies," and Criminals in England and India from the Seventeenth to the Nineteenth Century. *Critical Romani Studies*, Columbia University, v. 2, n.1, p. 62-81, 2019. Disponível em: <https://crs.ceu.edu/index.php/crs/article/view/45>. Acesso em: 15 jun. 2020.

EAGLETON, Terry. *Myths of power: a Marxist study of Brontë sisters*. Anniversary edition. New York: Palgrave, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 3.ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. 13.ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. Looking Oppositely: Emily Brontë's Bible of Hell. In: BLOOM, Harold (ed.). *Bloom's Modern Critical Interpretations: Wuthering Heights*, Updated Edition. New York: Bloom's Literary Criticism, 2007. p. 33-89.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KITSON, Peter J. *Romantic literature, race, and colonial encounter*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

LACERDA, Rodrigo. Apresentação: Emily e sua obra-prima. In: BRONTË, Emily. *O morro dos ventos uivantes*: edição comentada. Trad. Adriana Lisboa; Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LEADER, 28 December 1850. In: BRONTË, Emily. *Wuthering Heights: the 1847 text, backgrounds and criticism*. 4th ed. London: W. W. Norton & Company, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. O discurso literário contra a literatura. In: MELLO, Renato de (org.). *Análise do Discurso & Literatura*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFGM, 2005. p. 17-31.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 2.ed. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MEYER, Susan. "Your Father Was Emperor of China, and Your Mother an Indian Queen": Reverse Imperialism in *Wuthering Heights*. In: BLOOM, Harold (ed.). *Bloom's Modern Critical Interpretations: Wuthering Heights*, Updated Edition. New York: Bloom's Literary Criticism, 2007. p. 159-185.

MILES, Peter. *Wuthering Heights*. London: Macmillan, 1990.

MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. *Revista gênero*, Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 2006. Disponível em: <https://direitasja.files.wordpress.com/2013/09/a-sujeicao-das-mulheres.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MOERS, Ellen. *Literary women*. New York: Doubleday & Company, INC., 1976.

MONTEIRO, Maria Conceição. Figuras errantes na época vitoriana: a preceptora, a prostituta e a louca. *Fragmentos*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 61-71, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/6038>. Acesso em: 04 abr. 2020.

PASSETTI, Gabriel. Os britânicos e seu império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano. *História*, São Paulo, v. 35, e. 77, p. 1-24, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742016000100503&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08 abr. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANGER, Charles Percy. The Structure of *Wuthering Heights*. *Hogarth Essays*. XIX. London: Hogarth Press, 1926. p. 193-208. Disponível em: <https://www.thebrontes.net/sanger#t-hoffmann>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita e a história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-63.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-58. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/8511nc>. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. *A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. Educação e experiência. In: THOMPSON, E. P. *Os românticos*. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 11-49.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *A produção social da escrita*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOLF, Virginia. Jane Eyre e O morro dos ventos uivantes. In: WOOLF, Virginia. *O valor do riso e outros ensaios*. Trad. Leonardo Fróes. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 103-109.

_____. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2013.